PLANO DE PODER

Deus, os cristãos e a política

EDIR MACEDO

Com CARLOS OLIVEIRA

PLANO DE PODER

Deus, os cristãos e a política

Os Créditos

Editor Responsável: Nataniel dos Santos Gomes

Supervisão Editorial: Clarisse de Athayde Costa Cintra

Produtora Editorial: Bárbara Coutinho

Capa: Douglas Lucas

Revisão: margarida Selmann, Joanna Barrão ferreira,
Magda de Oliveira carlos Cascardo

Projeto Gráfico e Diagramação: Julio Fado

ePub: Luis Bernardino

Copyright© 2014

www.unipro.com.br

PLANO DE PODER

Deus, os cristãos e a política

EDIR MACEDO

Com CARLOS OLIVEIRA

THOMAS NELSON BRASIL

Rio de Janeiro – 2008

INTRODUÇÃO

A emancipação social, seja do ponto de vista individual ou coletivo, só começa a ocorrer a partir do momento em que se busca, ou se recebe, o conhecimento, as informações. Geralmente este é um processo de longo prazo, e quando pensamos em emancipação na forma abrangente a toda, ou a boa parte da sociedade (emancipação coletiva), o tempo demandado é ainda maior.

Deste ponto em diante, as percepções se aguçam e as coisas cotidianas que até então não eram notadas passam a ser observadas, discutidas e às vezes, quando não caem em total desuso, são reconceituadas. O aperfeiçoamento, e mais que isso, as grandes e significativas mudanças que dizem respeito à vida do ser humano em sociedade, de um modo geral ocorrem sob essas circunstâncias, ou seja, ao se discutir novas possibilidades razoá-veis. É o que se costuma chamar de políticas culturais. Os movimentos sociais organizados constituem uma das várias ferramentas importantes para a conscientização e ampliação de uma causa que se julgue ter relevância para ser discutida e repensada pela sociedade.

Os movimentos sociais geralmente se organizam em torno de uma bandeira que expresse os anseios de uma determinada classe de coisas consideradas importantes especificamente para ela. Há também os que se organizam em prol das questões condizentes à humanidade como um todo, que requeiram campanhas de conscientização e engajamento para tentar produzir ou

defender as mudanças que se julguem necessárias.

Vamos nos aprofundar, através desta leitura, no conhecimento de um grande projeto de nação elaborado e pretendido pelo próprio Deus e descobrir qual é a nossa responsabilidade neste processo.

Já na Criação, no livro de Gênesis, Deus nos dá uma aula de planejamento, organização e execução de uma idéia. Desde o início de tudo, Ele nos esclarece de sua intenção estadista e de formação de uma grande nação. Na ordem, ou na escala de grau de importância destacado em Sua criação, percebe-se nitidamente que o universo não foi o primeiro ou o maior projeto de Deus. Na verdade, o universo antecede algo muito maior. O homem não foi criado por causa do universo, pelo contrário, o universo, sim, foi criado por causa do e para o homem.

Veja a importância da visão organizacional e as etapas providencial e seqüencialmente cumpridas por Deus.

“No princípio criou Deus os céus e a terra. A terra, porém, estava sem forma e vazia; havia trevas sobre a face do abismo, e o Espírito de Deus pairava por sobre as águas” (Gênesis 1:1,2).

Em todo o processo da Criação, em que as coisas vão acontecendo, desejamos chamar a atenção para a maneira como Deus trabalha com a essencialidade (fundamentos, bases, princípios): tudo ocorre de forma crescente e periódica. Daí por diante, verificaremos a conclusão da Criação e como Deus a organiza para que tudo funcione de forma harmoniosa e sincronizada.

Somente após considerar que o ambiente estava concluído e apropriado para se viver com qualidade, Ele criou o ser humano. O conceito de planejamento familiar é algo latente, e fundamental no criacionismo, que consiste em dar o máximo possível de qualidade de vida em família, que é a estrutura da base social.

A proposta de uma sociedade politicamente organizada tem também, por objetivo essencial, trazer bem-estar aos seus cidadãos. Aristóteles, em sua obra *Política*, diz que “O fim da política não é viver, mas viver bem”. Ainda

que de forma inconsciente, ou mesmo casual, esse conceito aristotélico se coaduna com a concepção do modelo social de Deus; o ambiente, a cidade e o Estado são pensados visando sempre ao bem-estar das pessoas.

O objetivo deste livro é esclarecer os cristãos acerca da política, sobretudo dos pontos de vista bíblico e técnico, e, ainda, quais são as suas finalidades. E, para tal, é importante uma análise sob um olhar específico, neste caso político, incluindo alguns parâmetros filosóficos sobre o tema. Certamente, todos compreenderão com clareza o grande projeto de poder elaborado por Deus para o Seu povo.

É necessário, portanto, ter o mínimo de discernimento e bom senso para entender que esta obra não se propõe à incitação de um regime teocrático. Até porque o Estado brasileiro é laico e a liberdade de crença é assegurada constitucionalmente. Mas o real intuito é despertar o potencial – que tem estado adormecido – de um povo com propostas sérias, progressistas e inovadoras.

Pois, se partirmos da premissa de que há mais de meio milênio o País tem sido governado pela mesma cultura “semiteocrática”, fato somado ao anseio popular por mudanças, então o leitor terá um vasto argumento de reflexão através desta obra.

“E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (João 8:32).

CAPÍTULO 1

A visão estadista de Deus

A fé racional diz respeito ao ser humano cristão que pensa, calcula, é estratégico, inteligente, tem objetivos e está afinado aos ideais de Deus. Ele (o cristão) percebe que Seu chamado e Sua existência têm uma causa, uma razão. Ele é alguém que age e sabe que as coisas só acontecerão com ações práticas e bem definidas.

Desde os primórdios da humanidade o ser humano vem lutando por espaços, por domínio e estabelecimento de poder. No início dessas disputas, elas se davam na base da força bruta e de forma desordenada (a lei do mais forte). Mais tarde, essa força passa a ser usada de forma estratégica através dos ataques planejados visando à tomada de novos territórios e à ampliação de domínios. Hoje, em sua maioria, essas disputas se dão por meio das estratégias políticas, o que requer jeito, ideologia, habilidade, poder de mobilização e convencimento. Para haver disputas, é óbvio que sempre

haverá o outro lado da parte interessada em se estabelecer. Existem os agentes do mal, que são aqueles que fazem oposição acirrada em vários sentidos — inclusive, ou principalmente, na política — aos representantes do bem.

Quantas pessoas têm de fato a compreensão do verdadeiro significado da política? Maquiavel a definiu como "A arte de governar e estabelecer o poder." (*O príncipe*) Sendo assim, do ponto de vista de Deus, com quem você acha que Ele desejaria que estivesse esse poder e domínio? Nas mãos do Seu povo, ou não?

Vejamos:

Logo após ter formado o homem — leia-se Adão —, separado, à Sua imagem e semelhança, o Senhor disse: "(…) Tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra." (Gênesis 1:26).

A resposta está aí, pois essa passagem bíblica menciona claramente um reino e domínio terreno e não após a morte dos filhos de Deus. Muito embora, neste caso, o momento da Criação de Adão e Eva se assemelhe ao que alguns filósofos definiram como o estado de natureza do homem, também retrata algo extensivo ao Estado politicamente organizado, em que Adão e os seus deveriam governar.

Esse primeiro projeto de poder não vigorou porque o próprio Adão o frustrou. Ele não havia agido conforme o combinado para que desse certo. Em seguida, Deus tentou novamente, desta vez através de Noé, que deveria repovoar a terra com uma nação eleita após o dilúvio.

"Abençoou Deus a Noé e a seus filhos e disse: Sede fecundos, muitiplicai-vos e enchei a terra" (Gênesis 9:1). E mais uma frustração por parte do homem atrapalhando os objetivos de Deus, que tinha tudo para que desse certo. Nos dois casos citados, houve quebra de protocolo da parte de Adão e também da parte de Noé.

Examinaremos a seguir um exemplo clássico da extensão desse desejo divino e a perseverança, por parte de Deus, em executá-lo. Trata-se de um caso

emblemático: a história de José, um homem que de escravo tornou-se o maior governador do Egito de todos os tempos, e que poderia ter executado com êxito o plano de Deus, mas que foi ignorado pelos próprios parentes.

As palavras de José foram: “Agora, pois, escolha Faraó um homem ajuizado e sábio e o ponha sobre a terra do Egito. Faça isso, Faraó, e ponha administradores sobre a terra, e tome a quinta parte dos frutos da terra do Egito nos sete anos de fartura.

Ajuntem os administradores toda a colheita dos bons anos que virão, recolham cereal debaixo do poder de Faraó, para mantimento nas cidades, e o guardem. Assim, o mantimento será para abastecer a terra nos sete anos de fome que haverá no Egito; para que a terra não pereça de fome. O conselho foi agradável a Faraó e a todos os seus oficiais.

Disse Faraó aos seus oficiais: Acharíamos, porventura, homem como este, em quem há o Espírito de Deus? Depois, disse Faraó a José: Visto que Deus te fez saber tudo isto, ninguém há tão ajuizado e sábio como tu.

Administrarás a minha casa, e à tua palavra obedecerá todo o meu povo; somente no trono eu serei maior do que tu. Disse mais Faraó a José: Vês que te faço autoridade sobre toda a terra do Egito.

Então, tirou Faraó o seu anel de sinete e pôs na mão de José, fê-lo vestir roupas de linho fino e lhe pôs ao pescoço um colar de ouro. E fê-lo subir ao seu segundo carro, e clamavam diante dele: Inclinai-vos! Desse modo, o constituiu sobre toda a terra do Egito. Disse ainda Faraó a José: Eu sou Faraó, contudo sem a tua ordem ninguém levantará pé ou mão em toda a terra do Egito.” Gênesis 41:34-44

Quando Faraó, rei do Egito, comprou a idéia administrativa de José, filho de Jacó, pôs em seu dedo um anel de sinete, que era o símbolo do poder do rei, e o proclamou governador daquele reino.

Faraó sabia que o sucesso da implantação do sistema administrativo de José dependeria muito de sua posição social na cadeia hierárquica egípcia. Se José não ocupasse uma boa posição, a situação ficaria muito mais complicada, até porque havia ainda como agravante o fato de tratar-se de um estrangeiro,

razão pela qual Faraó entendeu a necessidade de colocá-lo no topo da cadeia hierárquica egípcia.

Há outro aspecto a ser analisado. Refere-se à postura de Faraó, que, ao promover José ao governo, praticamente desaparece dos textos bíblicos e não se observa, pelo menos de forma nítida, a presença de ingerência na gestão do agora primeiro-ministro.

Seria muito difícil considerarmos a possibilidade de qualquer demonstração de humildade por parte de Faraó em reconhecer a capacidade de José; não se tratava disso, mas foi, sim, uma posição estratégica e inteligente. Houve, sim, ainda que de forma indesejada, o reconhecimento de que José tinha uma condição incomum a ele e aos seus súditos para administrar o Egito em um difícil período que estava por vir.

José, através de sua excelente gestão, fez com que o Egito, além de sobreviver a uma terrível crise mundial naquela época, se tornasse o celeiro do mundo e o maior centro de oportunidades daquele tempo. Isso tornava obrigatório que outros povos importassem dali seus produtos, em especial os gêneros alimentícios.

A família de José, assim como todo o povo hebreu, foi para o Egito. Ali passaram a morar e a experimentar uma outra realidade social com a qual estavam habi-tuados. Seus parentes passaram a viver em condições de principado, e os demais hebreus desfrutavam dos direitos e deveres de cidadãos daquele reino. Isso tudo, é óbvio, se devia ao domínio político do governador daquelas terras, que também era hebreu.

É importante destacar que a ascensão de José ao poder não se deu exatamente pelo fato de ele ter interpretado o sonho real. Na realidade, Faraó comprou uma grande idéia, que agregava uma série de outras qualidades requeridas de um verdadeiro príncipe. Entre elas estão: espírito público, visão vanguardista, senso administrativo, inteligência (espírito) e responsabilidade social, principalmente porque ele representava a solução para os problemas que estavam por vir.

Foi uma atitude de coerência e de lógica da parte de Faraó, pois José era dotado de uma inteligência rara, que não podia deixar de ser capitalizada.

Essa postura dizia a respeito da própria subsistência e ao progresso do seu reino. Apesar de José ser um estrangeiro no Egito, e seus costumes e conceitos variados, incluindo sua religiosidade, serem atípicos à cultura local, não foi observado por parte de Faraó nenhum tipo de preconceito. O bom senso de Faraó, naquele momento, em sua decisão política, derivou resultados positivos, frutos do voto de confiança que depositou em José.

O filho de Jacó tornou-se o protagonista de um novo modelo socioeconômico e de estado politicamente organizado. Isso também foi, ou deveria ser, um aprendizado para os hebreus que ali habitavam. Proporcionou-lhes status, identidade de sociedade organizada e de nação constituída e oportunidades que observaremos não terem sido aproveitadas pelos hebreus.

José foi, sem sombra de dúvida, um homem com idéias à frente de seu tempo, e o Egito percebeu essa qualidade. Já em seu passado familiar, isso lhe havia custado muito caro. Os seus irmãos não conseguiam alcançar sua linha de raciocínio, o que logo desencadeou um conflito cultural por não conseguirem acompanhar suas idéias. Tomaram-no por uma pessoa arrogante, orgulhosa, soberba e pretensiosa. Exatamente por isso, o relacionamento familiar havia se tornado demasiadamente hostil para ele, a ponto de planejarem seu assassinato, o que naturalmente não se concluiu.

“E dizia um ao outro: Vem lá o tal sonhador! Vinde, pois, agora, matemo-lo e lancemo-lo em uma destas cisternas; e diremos: Um animal selvagem o comeu; e vejamos em que lhe darão os sonhos. (…) Vinde e vendemo-lo aos ismaelitas; não ponhamos sobre ele a mão, pois é nosso irmão e nossa carne. Seus irmãos concordaram. E, passando os mercadores midianitas, os irmãos de José o alcançaram, e o tiraram da cisterna, e o venderam por vinte siclos de prata aos ismaeleitas; estes levaram José ao Egito.” Gênesis 37:19,20;27,28

José foi vendido por seus próprios irmãos como escravo a mercadores nômades que o levaram para o Egito, onde o comercializaram. O objetivo deles (irmãos de José) era eliminar a concorrência, neste caso, a hereditária, pois se sentiam ofuscados pelo irmão mais novo.

O fato é que José, através de sua ideologia de gestão, promoveu a ascensão do Egito, sobretudo economicamente. O mais surpreendente de tudo era que

aquele país já ocupava a posição de maior potência mundial daquela época, e José o tornou muito maior ainda sob vários aspectos.

Diante de todos esses acontecimentos, o que poderia ter se passado pela cabeça dos irmãos de José que haviam conspirado contra ele? Seria pura ironia do destino? Não, ele havia sido ignorado e seu potencial, desperdiçado. Isso nos faz deduzir que o crescimento obtido pelos egípcios por meio de José era algo que deveria acontecer ao povo hebreu. Mas José havia esbarrado no ego e na tremenda carência de entendimento de seus irmãos. Faltou-lhes percepção, ausência de faculdade para perceber que José era muito importante para eles, e mais, que fazia parte de um projeto divino de nação.

Situação semelhante a essa já havia ocorrido anteriormente, o que originou o primeiro homicídio da história da humanidade, conforme os registros bíblicos. Estamos nos referindo ao fatídico caso dos irmãos Caim e Abel. Ao que tudo indica, Caim, o filho mais velho de Adão e Eva, não desfrutava do mesmo potencial de Abel, seu irmão mais moço. O motivo que culminou em tragédia foi o maior êxito de Abel com relação às ofertas que ambos apresentaram a Deus. Não queremos aqui mensurar o valor de uma ou outra oferta, mas sim destacar o potencial entre um e outro irmão, que resultava em inveja e ciúme.

“Agradou-se o Senhor de Abel e de sua oferta; Ao passo que de Caim e de sua oferta não se agradou. Irou-se, pois, sobremaneira, Caim, e descaiu-lhe o semblante. (…) Disse Caim a Abel, seu irmão: Vamos ao campo. Estando eles no campo, sucedeu que se levantou Caim contra Abel, seu irmão, e o matou.” Gênesis 4:4,5;8

Veja que as histórias coincidem, mas esse segundo caso terminou em tragédia, o que também quase ocorreu a José.

Caim, através de sua atitude, demonstrou toda a sua deficiência, tanto com relação à inteligência quanto à estratégia, até porque uma coisa deriva da outra. Ele podia ter se beneficiado da notória capacidade de seu irmão Abel convivendo, desfrutando e aprendendo, pois esta é uma essência das mais positivas nos relacionamentos humanos: a troca de conhecimentos, habilidades e experiências construtivas. Tanto Caim quanto os irmãos de José

ignoraram o potencial e a oportunidade de aprendizado.

Ainda nos dias atuais, há muitas pessoas que, apesar de confessarem uma fé cristã, não conseguem identificar e assimilar o objetivo de Deus sobre esse aspecto para o seu povo (o projeto de poder político de nação).

Lamentavelmente, esse senso de percepção tem faltado a muitos cristãos, que hoje já somam no Brasil uma população de cerca de 40 milhões de pessoas, que vem crescendo a cada dia (esse dado aproximado é referente ao número de evangélicos só no Brasil, e não no mundo). É um enorme potencial, mas essas pessoas, em sua maioria, encontram-se como um gigante adormecido. Elas precisam despertar ao toque da alvorada; mais que isso, ouvir o mesmo que Deus falou para Gideão: “Vai nessa tua força.” Em outras palavras: “Emancipem-se!” A emancipação começa com o amadurecimento individual, o inconformismo com certas situações, o consenso em um ideal e a mobilização geral.

Por que observamos vários cristãos que ainda não abraçaram essa causa? Ora, além de ainda não saberem que ela existe, pelo fato de haver pessoas que podem ser denominadas como apolíticas, para as quais é como se a política não existisse, e alguns, até mesmo, considerando-a desnecessária. E mais: quando há eleições, muitos dos que pensam dessa forma só votam por obrigatoriedade. Às vezes, até anulam o seu voto ou votam sem avaliar o candidato, apenas a fim de cumprir uma obrigação, já que no Brasil o voto não é facultativo. Do contrário, nem votariam.

No entanto, querendo ou não, gostando ou não, a pessoa tem de compreender que vivemos em um sistema social em que as decisões referentes à vida cidadã no Estado é política. E diz respeito às leis gerais, educação, saúde, segurança, moradia, impostos, salários e muitas outras coisas. E, o que é ainda mais agravante: demonstram não perceber a existência de um plano de Deus para o Seu povo. Além disso, muitos desperdiçam a oportunidade de promover mudanças através do poder do voto racional, ou seja, consciente.

CAPÍTULO 2

As conseqüências da falta de representatividade política

O desinteresse pelos assuntos relacionados à política por boa parte da sociedade brasileira é notório. No cenário atual, esse quadro pode ser observado através de uma série de fatores. Podemos citar dois de grande relevância: o fato de a pauta de discussões por parte da classe política não conseguir despertar os interesses e, conseqüentemente, o envolvimento da sociedade nos temas abordados, como, por exemplo, questões estritamente partidárias que só dizem respeito aos interesses das siglas, e não à população. Poderíamos citar também a fórmula de tratamento editorial, não raramente sensacionalista, com que a política tem sido abordada por alguns segmentos da mídia nacional.

Imaginemos que, com ou sem exagero no que venha a se tornar material noticioso e ainda que cause indignação aos cidadãos, isso deveria se converter para efeito de boas mudanças. Não estamos nos referindo a uma

sociedade que apenas reclame no sentido de falar mal da prestação dos serviços públicos ou de supostos escândalos políticos, mas de uma sociedade organizada e mobilizada de forma ordeira, pacífica e razoável, que se envolva na busca por soluções.

A participação da população civil nos negócios públicos é muito importante, e estamos tratando de uma participação que vá além da simples sensação de participar. Referimo-nos aos chamados orçamentos participativos via Web, que já é um começo, mas ainda está muito distante do ideal e não deve se limitar aos cliques de teclados. Estamos falando que é preciso discutir os assuntos públicos. Essa participação cidadã deve procurar ser exercitada, pois, à medida que for acontecendo, ela vai produzir maior qualidade a cada participação. O que será, sem sombra de dúvida, bom para a coletividade.

O eleitor precisa começar a se ver como o que ele realmente é e representa, ou seja, como soberano. Essa expressão, bem própria do sistema monárquico de poder, em nosso sistema democrático eletivo também tem uma aplicação pertinente, pois o cidadão (eleitor) é de fato um soberano no que diz respeito ao seu poder de voto. Ele (eleitor) é o mandante, e o que vier a ser mandatário, dependerá dele desde que seu voto faça parte do conjunto de votos da maioria dos soberanos (eleitores), que são os que delegam ou concedem poder.

Insistimos em que a potencialidade numérica dos evangélicos como eleitores pode decidir qualquer pleito eletivo, tanto no Legislativo quanto no Executivo, em qualquer que seja o escalão, municipal, estadual ou federal. Mas essa potencialidade depende de cultura cívica, conscientização, engajamento e mobilização. Essa é a fórmula da participação determinante.

Os cristãos não devem apenas discutir, mas principalmente procurar participar de modo a colaborar para a desenvoltura de uma boa política nacional, e, sobretudo, com o projeto de nação idealizado por Deus para o Seu povo.

Os hebreus, quando estavam no Egito, sentiram literalmente na pele o significado de não estarem sendo representados no poder, ou de não ter alguém junto deles.

Existem situações que, por mais apolítico que alguém possa ser, o fazem, ou deveriam fazê-lo, repensar seus conceitos, rever seu ponto de vista e participar efetivamente do progresso social.

O cenário da vida em sociedade, especialmente no que diz respeito à sua estrutura, está em constante evolução. Essa evolução tende a se dar mais rapidamente ainda com o advento da mundialização e da globalização. Aqueles que não se atualizam não conseguem acompanhar essas mudanças e ficam atrofiados e retrógrados em seus conceitos e, portanto, fadados à estagnação social. Isso é ruim para a democracia e para o objetivo que diz respeito a um ideal supremo que pretende envolvê-los.

Os cristãos devem estar atentos, pois há uma tendência nociva de inércia que se dá a partir do momento em que é feita uma má interpretação sobre o uso da fé e do seu verdadeiro significado. Ou seja, há, por parte de alguns, uma interpretação errônea de que Deus fará tudo, sem que a pessoa precise mover uma palha. Quem pensa dessa forma parece admitir que o que tiver de ser será por si só, sem que haja a necessidade das ações humanas. Talvez tenha sido esse o pensamento do povo de Israel com relação ao poder político quando ainda tinham José como governante no Egito. Esse povo não fez por onde melhorar, nem se preocupava com seu futuro político, muito menos em desenvolver um projeto de nação. Seria também como pensar da seguinte maneira: se eu não fizer, outro fará. Só que, às vezes, por muitos pensarem assim, corre-se o risco de, ao final, ninguém fazer nada.

Os resultados da fé, por exemplo, são provenientes de ações inteligentes e mútuas: o ser humano faz a sua parte e Deus cumpre a d'Ele. "Tornai-vos para mim, e eu me tornarei para vós outros" (Malaquias 3:7). Com a morte de José, o povo hebreu perdeu a referência de representatividade política no Egito.

Com o passar do tempo, um novo Faraó, que não conheceu José, tomou o poder. As conseqüências foram drásticas para os hebreus, já que eles não haviam se articulado politicamente, o que foi um equívoco doloroso!

É preciso haver clareza quanto ao fato de que, quando abordamos o tema política, estamos falando de algo complexo e que não se resume a uma ou outra ação e sim de ações contínuas. Não se deve pensar política só do ponto

de vista partidário, ou de confrontos oposicionistas; não, não é por aí, e isso não é de hoje. A base da política, partindo do pressuposto de conquistar e fazer prevalecer ideais, depende muito de bons relacionamentos. Por exemplo, imagine que alguém com quem você não tenha um relacionamento mais forte entre em sua casa e faça uma série de exigências como “me traga suco”, “agora quero água”, “desejo comer peixe ou ave no jantar”… Isso é algo inconcebível nos relacionamentos sociais. Vamos aproveitar esse modelo de situação reformulada para o que seria adequado: uma pessoa com quem você já construiu um bom relacionamento chega à sua casa e, antes que ela peça alguma coisa, geralmente há uma antecipação de sua parte oferecendo algo a ela, seja bebida ou comida. Essa é uma boa fórmula de aproximação, tanto formal quanto informal. José era uma pessoa muito bem relacionada e tinha trânsito em vários segmentos da sociedade, o que lhe trouxe êxito em muitos aspectos, independentemente de seus méritos pessoais. Já em seu povo isso não era observado.

O novo regente egípcio manifestou uma grande preocupação com relação ao crescimento daqueles estrangeiros em sua pátria. Ele e seus conselheiros sabiam que povo representa mobilização, e mobilização é poder. E que, de uma forma organizada, eles poderiam reverter determinadas situações.

No que tange à política, em especial em um sistema democrático como o nosso, é o voto popular que define os mandatários. Este voto é de igual valor para todos, seja a pessoa de classe econômica elevada, seja o voto do próprio presidente da república, ou seja, ainda, o voto do paupérrimo. No dia das eleições, todas as classes sociais se equivalem e não há mais ou menos poderosos. Essa é uma conscientização mais que importante, na verdade essencial, a todos os cristãos para o êxito do grande projeto.

“A *sob*erania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos” (Constituição Federal, Capítulo IV, art. 14).

É claro que não era esse o caso específico do sistema político egípcio, por se tratar de uma soberania hereditária, mas que durante muitos anos não foi exercida por egípcios. Não é necessário que tenhamos vivido naquela época para imaginarmos o mal-estar que deve ter causado aos que aspiravam ao poder naquele país ver um estrangeiro exercê-lo.

Quando o tema é política, é importante entender que estamos tratando de um jogo de poder, o que requer certa arte e habilidades. Envolve uma disputa, e, como toda disputa, exige estratégias eficazes para garantir a vitória.

A partir dessa percepção ou paranóia de um provável golpe, o Faraó da época, diferentemente do anterior a ele, mostrou-se altamente preconceituoso e xenófobo e determinou novas medidas estratégicas e de altíssima hostilidade contra o povo hebreu. Eles entenderam tratar-se de uma questão de segurança nacional.

A finalidade dos egípcios foi desmobilizá-los e neutralizá-los totalmente em sua estrutura social e psicológica, objetivando, assim, conter qualquer possibilidade de conspiração ou revolução contra o Egito. Resumindo: mantê-los desestruturados e fracos era fator determinante para que a hegemonia egípcia não ficasse comprometida.

Ações com objetivos parecidos, guardadas as devidas proporções épicas e dentro de uma “legitimidade”, são usadas até os dias atuais. A finalidade é a mesma: manter-se no poder a qualquer custo.

Os meios utilizados atualmente para esses objetivos são os mais variados que se possa imaginar. O despreparo, a alienação e a desinformação dos adversários são os principais fatores de vantagem para os seus opositores que tenham maior esclarecimento político.

Existem grupos de pesquisadores que têm buscado, através de estudos, entender como acontece o fenômeno de exercer o poder nas suas mais variadas formas. Nesse campo de estudos, as esferas de poder são separadas e a estrutura hierárquica de cada uma delas é analisada para levar ao entendimento de como chegar ao topo de cada uma delas.

Esse tipo de assessoria profissional já vem sendo solicitada e consumida estrategicamente por vários segmentos da sociedade, mas em especial no mundo político. Ou seja, as disputas estão se dando de forma cada vez mais especializada, e estes têm sido os recursos usados por políticos que fazem da política seu meio de vida profissional, às vezes sem ter um real compromisso com a coisa pública. Eles usam técnicas para criar empatia, acabando por convencer os eleitores de que ambos: ele (candidato) e os eleitores pensam e

desejam as mesmas coisas, e por fim acabam se elegendo com votos que nem eram de sua causa, mas de outra.

Não é difícil imaginarmos quantos cristãos podem ter sidos captados por técnicas de comunicação e marketing e persuadidos a votar em causas diferentes das suas.

De uma forma bastante rudimentar, os egípcios buscavam agir de tal maneira para tentar manter a sua hegemonia. Todas as suas atitudes, mesmo as frustradas, foram previamente discutidas e analisadas para depois serem aplicadas.

E, para tanto, uma das primeiras ações do Faraó foi remover os hebreus da cidade do Egito para um recanto chamado Gózem. Eles passaram a viver no que os filósofos políticos denominam como estado de natureza do homem. Thomas Hobbes diz que:

“[No estado de natureza] (…) Não há conhecimento da face da terra, nenhum registro do tempo, não há artes nem letras, não há sociedade, e pior que todo o resto, há um medo contínuo e o risco de morte violenta. A vida do homem é solitária, pobre, desagradável, brutal e breve.” (*Leviatã*)

Perceba que, segundo Hobbes, nessas condições a pessoa não evolui e fica com uma mente de vassalo, na dependência total de terceiros.

E foi exatamente nessas condições que os hebreus passaram a sobreviver. Perderam a condição cidadã de que antes desfrutavam no Egito, e portanto passaram a ficar à margem da sociedade.

Como tal, eram forçados a trabalhos árduos, de longos e insuportáveis períodos, debaixo dos açoites dos cruéis feitores. Alimentavam-se mal, tanto quantitativa como qualitativamente.

O propósito era estratégico, claro e calculado, o povo deveria estar sempre exausto e ocupado, evitando assim conversas, articulações, planejamentos, disposição para lutar e também para tentar controlar a natalidade daquele povo.

O mais irônico de tudo é que se tratava de uma tirania legitimada (quando o soberano tem totais poderes para determinar esta ou aquela forma de coerção).

Era o Estado quem determinava as condições em que Israel viveria. Tratava-se de decisões dos legítimos mandatários, que detinham o poder, o Executivo (Faraó) e o Legislativo (os conselheiros). É claro que estamos falando de uma época em que não havia órgãos de regulamentação e intervenção internacional para casos de abusos do poder.

Os direitos humanos ainda não existiam. Aliás, o próprio conceito de sujeito, ou de indivíduo, não era observado naquele período. O que existia, como já mencionamos, era uma mentalidade vassala.

É bem verdade que naqueles dias a política, o poder e domínio eram na maioria das vezes resolvidos de forma belicosa, mas a melhor estratégia de combate na maioria das vezes era a que prevalecia. Mesmo hoje, ainda que haja regulamentações internacionais, os poderes constituídos têm autonomia para legislar, às vezes, de forma proposital ou não em causa própria ou para alguém, ou ainda para determinados grupos. Os mais astutos conseguem fazer essas manobras de forma que o princípio da intencionalidade nem seja observado. Além, é claro, de haver a questão da interpretação dos fatos, do ponto de vista, verificando se uma lei está sendo benevolente a um ou prejudicial a outro, quando o verdadeiro papel do Estado é mediar e harmonizar os interesses da coletividade.

No jogo da política é muito comum as coisas aparecerem poucas vezes explícitas, portanto mais implícitas e dúbias. Esta notória ambigüidade observada nos discursos dos mais treinados e experientes políticos se dá para, dependendo do cenário e das reações, proporcionar, se necessário, saídas pela tangente; algo que se assemelha às polêmicas brechas da lei do universo jurídico.

É exatamente por essas e outras razões que todo e qualquer segmento da sociedade deve ser bem esclarecido, crítico, e buscar ter representatividade a fim de que também contribua para o aperfeiçoamento e amadurecimento do processo democrático da forma como deveria ser: transparente e proclamador da justiça social. É aí que os movimentos sociais organizados de forma séria

são necessários para representar os anseios coletivos da política que esteja sendo aplicada, ou que deveria ser aplicada e não é. Além disso, se for o caso, na ausência dessa política esses movimentos devem sugerir que ela seja criada.

Um movimento social organizado com cerca de 40 milhões de pessoas, que são os evangélicos, teria uma força e tanto. De forma alguma estamos sugerindo que os evangélicos e suas respectivas igrejas se tornem partidos políticos, mas sim que não fiquem omissos acerca desse tema.

Independentemente do sistema político e apesar de serem estrangeiros na terra do Egito, a representação faltou de forma dolorosa aos hebreus. Não havia uma política voltada para eles que pudesse lhes garantir quaisquer direitos, a não ser a repressão.

Enfim, tudo o que se possa imaginar de precariedade foi imposto pelo Faraó aos hebreus que moravam em Gózem. Era um lugar sem a mínima condição de vida com dignidade, uma espécie de favela piorada da época.

Em uma passagem bíblica, há uma frase de efeito que visa claramente tentar despertar os filhos da luz: “Os filhos do mundo são mais hábeis na sua geração do que os filhos da Luz” (Lucas 16:8). Esse versículo não está se referindo a céu ou paraíso; ele trata da relação, das conquistas e de tantos outros aspectos em que os não-cristãos predominam sobre os cristãos. Sugere que os que não têm luz não deveriam, mas enxergam o caminho das pedras mesmo no escuro. Ela diz respeito também a uma vantagem que não tem sido utilizada, no caso, uma metáfora, sobre um povo que, apesar de ter a luz, não enxerga nem atenta para determinadas coisas que deveriam ser suas, mas estão em outras mãos.

José entendia e sabia jogar o jogo do poder. Ele era filho da luz e portador dessa habilidade e disposição, via tudo com mais clareza. Essa é a lógica natural entre ter e não ter um farol. Já os hebreus não eram argutos, faltava-lhes habilidade e eles tinham dificuldades para entender como as estratégias do poder político aconteciam.

O processo de ascensão ao poder político não se dá por acaso nem por obra do destino. Não é como o princípio de autopolinização da natureza, como o

vento, ou o pássaro, ou mesmo um inseto que conduz o pólen de um lugar para o outro e a vida vai acontecendo naturalmente.

O êxito em política, sobretudo na atualidade, depende de um conjunto de ações estratégicas, bem elaboradas e objetivas, que vai desde o político como produto às ações dos que desejam elegê-lo. Essa carência de compreensão tem sido a de muitos evangélicos nos dias atuais em todo o mundo. Em pleno século XXI, no Brasil, professar essa fé cristã evangélica ainda significa ser vítima de indiferenças e preconceitos, mesmo com as garantias constitucionais de liberdade de culto religioso.

Grupos e classes com representatividades numéricas bem pequenas, em comparação com a quantidade de evangélicos, vêm organizando movimentos sociais há algum tempo, conquistando espaços e direitos que os protegem dos mais variados preconceitos. Esse modelo de organização social e política não é praticado, pelo menos de forma explícita, pelos cristãos.

Durante aproximadamente 400 anos os hebreus viveram em condições subumanas e na escravidão. Com o passar do tempo, os descendentes e dependentes de José haviam perdido a sua identidade de nação, alguns até sua fé.

Sem infra-estrutura, viviam de forma desregrada, indisciplinada e sem acesso à cultura. Essa exclusão social deveria fazê-los sentir-se impotentes para promover qualquer mudança; eles não se julgavam capazes de mais nada. Em tese, os objetivos de Faraó e de seus estrategistas estava funcionando de acordo com o planejado.

Gózem era uma terra onde ninguém era de ninguém, e o desgosto era de todos. Um verdadeiro retrato da degradação humana e de desorganização social (estado de natureza do homem).

A fórmula para a mudança e reestruturação social, em que o ser humano teria maior sensação de paz e segurança, como Thomas Hobbes narra em Leviatã, diz que “tal sociedade necessita de uma autoridade à qual todos os membros dessa sociedade devem render o suficiente de sua liberdade natural, por forma que a autoridade possa assegurar a paz interna comum”.

Ele se referia à criação de um Estado política e socialmente organizado, do qual os hebreus haviam sido destituídos. Ainda segundo Hobbes, o homem no estado de natureza pode extrapolar em suas maldades por falta da coerção do Estado, que é constituído exatamente das punições legítimas aplicadas pelas autoridades competentes aos transgressores da lei e da ordem pública. Também é de direito do Estado o uso da força, se for necessário.

Nem sempre a sociedade viveu organizada politicamente. Tente imaginar como seria viver em um mundo sem governo, sem polícia e sem leis punitivas… deve ser uma situação bem complicada. Houve esse tempo, em que todas as formas de barbarismo ocorriam, roubos, assassinatos, estupros e outras atrocidades, e o pior é que tudo ficava impune. O papel do estado de direito e da política é justamente regular as ações humanas e mediar os relacionamentos.

O contratualismo e o Estado politicamente organizado foram idealizados para reprimir tais coisas e trazer paz e segurança à sociedade.

Perceba que a essência da política é nobre e, se aplicada conforme os seus verdadeiros ideais, ela é boa e deveria ter o papel de proteger o cidadão. Em sua concepção original ela é bem-intencionada, desde que devidamente exercida e exigida por seus cidadãos, e para isso é necessário ter o esclarecimento de como a coisa pública deveria funcionar.

No Egito, apesar de todas as adversidades, os hebreus conseguiram conservar seu vigor físico e continuavam férteis, se multiplicando.

A leitura desse cenário para Faraó era de que seu reino e domínio estavam cada vez mais ameaçados. Ele entendeu que novas medidas estratégicas se faziam necessárias naquele momento. É importante destacarmos aqui que quem participa ou almeja participar da vida pública tem que saber analisar o cenário político para que possa fazer um diagnóstico e, então, planejar o tipo de ação considerada mais eficaz conforme a real necessidade do momento. Em política, as ações não devem ser intuitivas, em especial na política atual, mas sim tecnicamente planejadas, pois um mau gesto, uma má colocação ou um discurso infeliz podem pôr tudo a perder, o que seria um desperdício muito grande de tempo e do custo que geralmente uma campanha política exige.

Faraó empenhou-se mais ainda e ampliou seus rigores de opressão para tentar deter aquele crescimento populacional. Ele, então, decretou que todas as parteiras hebréias, quando fizessem o parto das mulheres do seu próprio povo, matassem a criança se fosse menino; se fosse menina, que deixassem viver.

“O rei do Egito ordenou às parteiras hebréias, das quais uma se chamava Sifra, e outra, Pua, dizendo: Quando servirdes de parteira às hebréias, examinai: se for filho, matai-o; mas, se for filha, que viva.” (Êxodo 1:15,16)

As crianças do sexo masculino deveriam ser executadas por entenderem alguns monarcas que sua soberania e poder estariam em risco pelo nascimento dos que eram esperados como libertadores ou futuros reis. A matança dos inocentes retrata bem o assunto de que estamos tratando.

“E perguntavam: Onde está o recém-nascido Rei dos judeus? (…) Tendo ouvido isso, alarmou-se o rei Herodes, e, com ele toda a Jerusalém; (…) Vendo-se iludido pelos magos, enfureceu-se Herodes grandemente, e mandou matar todos os meninos de Belém e de todos os seus arredores, de dois anos para baixo.” Mateus 2:2,3;16

Havia um receio razoável por parte dos egípcios, pois eles temiam que as crianças do sexo masculino, ao se tornarem adultos, empunhassem lanças e espadas e formassem uma milícia de revoltosos rebelando-se contra a escravidão imposta por Faraó, e até uma provável futura tomada de poder. Já com relação às mulheres, deduziam eles não representarem uma ameaça. A princípio, seriam usadas como serviçais, concubinas ou ainda como escravas sexuais para entretenimento dos soldados egípcios.

Na parábola das dez minas, o Senhor Jesus chama a atenção dos judeus para a importância de Seu povo se estabelecer politicamente e aponta as conseqüências de não se estar atento e ser fraco nesse segmento.

“Então disse: Certo homem nobre partiu para uma terra distante, com o fim de tomar posse de um reino e voltar. (…) Mas os seus concidadãos o odiavam e enviaram após ele uma embaixada, dizendo: Não queremos que este reine sobre nós. Quando ele voltou, depois de haver tomado posse do reino, mandou chamar os servos, a quem dera o dinheiro, a fim de saber que

negócio cada um teria conseguido. Compareceu o primeiro e disse: Senhor, a tua mina rendeu dez.

Respondeu-lhe o Senhor: Muito bem, servo bom; porque foste fiel no pouco, terás autoridade sobre dez cidades. Veio o segundo dizendo: Senhor, a tua mina rendeu cinco. A este disse: Terás autoridade sobre cinco *cidades*. Veio então o outro e disse: Eis aqui, Senhor, a tua mina, que eu guardei embrulhada em um lenço.

(…) E disse aos que o assistiam: Tirai-lhe a mina e dai-lhe ao que tem dez. Eles responderam: Senhor, ele já tem dez.

Pois eu vos declaro: a todo o que tem, dar-se-lhe-á; mas ao que não tem, até o que tem lhe será tirado.” Lucas 19:12:14-17,19,20,24-26

Analise e perceba que o teor dessa mensagem vai muito além de uma orientação religiosa e que, de forma subliminar, indica procedimentos claros sobre política. Ela diz respeito a estratégias de conquista de *cidades*, ampliação de domínios e de resistência tanto para permanência quanto para expansão do governo.

Fala também de uma oposição que organiza uma embaixada e que reluta a ser governada pelo nobre mencionado (diz respeito a um governo diferenciado dos rotineiros).

Quando se refere aos dois primeiros habilidosos servos, ele fala sobre quinze cidades a serem por eles governadas.

Por fim, ele menciona o seu terceiro servo como alguém desprovido de poder, ou representatividade, e de habilidade política. Deduzimos que este terceiro servo não seja o exemplo a ser seguido. Ora, quem, na maioria das pessoas, lê a Bíblia? Os cristãos. Sendo assim, essa é uma mensagem subliminar a eles em relação a ações políticas. O que ocorre, então, ao servo que não logra êxito? Aquele senhor diz o seguinte: Até o que você tem será tirado! Mas tirado por quem? Por aquele que for o detentor do poder!

A parábola das dez minas é praticamente uma redundância da parábola dos talentos, mas no caso transcrito para nosso objeto de análise o foco é um

reino terreno, a *cidade*, o *Estado*, a *política.*

No Egito sem forças, sem recursos, sem conscientização política e uma boa estratégia para mudar aquela opressora e angustiante situação, o povo põe-se a clamar a Deus por um libertador, alguém que pudesse e soubesse fazer o que eles não podiam por não saberem como fazer.

Uma das muitas hebréias deu à luz um menino de grande formosura, a ponto de impressionar as próprias parteiras, que o pouparam da morte.

“Não podendo, porém, escondê-lo por mais tempo, tomou um cesto de junco, calafetou-o com betume e piche e, pondo nele o menino, largou-o no carriçal à beira do rio.” (Êxodo 2:3)

Isso porque ali junto de sua mãe o recém-nascido corria risco de morte por execução. “A irmã do menino ficou de longe, para observar o que haveria de suceder.” (Êxodo 2:4)

Esse menino era Moisés.

CAPÍTULO 3

A retomada de um projeto divino

O nascimento de Moisés marcava também uma nova tentativa de Deus, uma retomada de seu projeto de nação. Todo esse esforço e retrabalho se deviam às anteriores negligências das pessoas envolvidas na execução desse ideal.

Tendo em vista haver um decreto faraônico de que todos os recém-nascidos hebreus do sexo masculino fossem executados, a mãe daquela criança, que mais tarde viria a libertar e liderar seu povo politicamente, não dispunha de muitas alternativas. Sua estratégia para tentar salvar o filho da morte foi bastante arriscada, mas certamente funcionou muito melhor do que ela poderia ter imaginado.

O cesto que fora posto no rio Nilo com o menino em seu interior flutuou até o lugar onde a filha do Faraó costumava banhar-se. Vendo-o, ela imediatamente acolheu o menino e lhe deu o nome de Moisés. Depois de certo tempo, a princesa apresentou-o a seu pai como seu filho biológico. O rei

do Egito amou-o desde a primeira vista, e o educou como príncipe, fazendo dele um adulto politizado e altamente habilitado.

“Desceu a filha de Faraó para se banhar no rio, e as suas donzelas passeavam pela beira do rio; vendo ela o cesto no carriçal, enviou a sua criada e o tomou. Abrindo-o, viu a criança; e eis que o menino chorava. Teve compaixão dele e disse: Este é menino dos hebreus.” (Êxodo 2:5,6)

Ao que tudo indica, Moisés era uma pessoa cativante e de notáveis valores, um líder nato que se tornou o preferido do Faraó e o mais cotado para ser seu sucessor.

Ele, é claro, teve uma infância diferenciada dos demais hebreus. Representava o próprio poder daquele Estado. Assentou-se várias vezes ao lado do rei. Era reverenciado por todos os oficiais por conta da posição que exercia naquele reino, pois era herdeiro do trono egípcio. Enfim, desfrutava de todas as prerrogativas conferidas à realeza.

Veja que, curiosamente, o agente libertador que o povo de Israel pedirá a Deus primeiro recebe preparo político e visão estadista (ou seja, aprende como deve ser o modelo estrutural do Estado, ainda que se tratasse de um modelo antigo), para posteriormente cumprir o seu desígnio com certo conhecimento de causa.

Ao contrário de José, Moisés tornou-se um adulto, e até então, mesmo sendo acompanhado por sua mãe biológica durante toda a sua infância, presume-se que ele desconhecia sua verdadeira origem hebréia devido à tenra idade com que chegou à filha de Faraó.

Enquanto, por um lado, ele se destacava de forma admirável no próspero reino egípcio, os hebreus conti-nuavam à margem da sociedade. Paralelamente a tudo isso, havia alguém sendo providencialmente preparado e habilitado por Deus para ajudá-los.

Entre tantos outros detalhes importantes para a causa, verifica-se também nessa história uma estratégia previamente elaborada por Deus, e, em um segundo plano, uma estratégia elaborada pela família de Moisés, que o acompanhou em toda a sua trajetória de vida, o que fez com que ele não fosse

denunciado. Isso foi vital para os dois propósitos: o de Deus em relação ao Seu projeto de poder, e o do povo de Israel em ser livre da opressão egípcia que sofria.

Nas relações sociais de modo geral, e principalmente quando se trata de relações políticas, a racionalidade tem que anteceder as ações e se sobrepor às paixões, que geralmente promovem equívocos às vezes irreparáveis.

Lembre-se: estamos tratando de uma disputa por espaços e por consolidação desses espaços.

Não calcular as conseqüências das ações pode pôr tudo a perder, ou fazer o processo retroceder ao ponto inicial, como destacado no início deste capítulo. Os retrabalhos e as reconstruções são sempre mais difíceis e árduos, podendo inclusive desanimar os defensores de determinadas causas.

Os exemplos da mãe e da irmã de Moisés conferem a elas grande mérito se considerarmos que elas foram as grandes articuladoras no projeto de introduzir um hebreu no reino egípcio a fim de gerar benefícios futuros.

Discriminados e sem voz representativa no poder, a situação dos hebreus agravava-se ainda mais. A maioria deles não sabia que seus dias de escravidão estavam por terminar, e talvez fosse melhor assim para que o êxito não fosse comprometido enquanto acontecia a maturação estratégica de sua libertação. Enfim, é necessário perceber o que cada momento sugere que deve ser feito e saber avaliar bem o que é e o que não é devido. Tudo deve ser o mais oportuno possível para possibilitar o alcance do desejado êxito, o que depende de percepção e sensibilidade.

Ter potencial e todas as condições e recursos é uma coisa, saber usá-los para que revertam em benefícios é outra história. Os hebreus pagaram, no passado, um alto preço por terem as ferramentas e não saberem utilizá-las.

Existem três formas clássicas de poder; são elas: o poder econômico, o ideológico e o político. Tê-los é diferente de saber exercê-los. Não entraremos aqui nos méritos específicos de como usar da melhor forma os recursos que alguém possa deter, mas isso nos serve para lastrear o próximo comentário. O objetivo deste livro é, sim, revelar, conscientizar e despertar os

cristãos para uma causa biblicamente anunciada. No caso dos hebreus, por exemplo, era uma população de aproximadamente 2 milhões de pessoas. Eles não tinham noção do que isso significava, nem idéia de como se mobilizar estrategicamente para que pudessem tirar proveito de sua quantidade populacional. Já o Faraó sabia que por parte deles não havia o conhecimento de seu poderio e aproveitou-se dessa vulnerabilidade e inabilidade no que dizia respeito aos jogos do poder.

A falta de noção, de interesse político, e de ações que realmente pudessem reverter aquele quadro trágico em que viviam os hebreus era tanta que talvez, mesmo sem a oposição de Faraó, eles por si só não representassem uma ameaça real ao Egito. Mas, mesmo assim, o rei não abria a guarda e buscava, todo o tempo, conter o crescimento populacional daquela gente.

A mesma linha de raciocínio se estende aos demais modelos de poder, seja o econômico, seja o político. Este último requer muito mais habilidades, pois compreende desde relacionamentos sociais comuns a financiamentos de projetos culturais etc.

A forma de poder considerada mais eficaz e abrangente é o político, que depende de habilidades estratégicas e ideológicas. É preciso saber jogar para conquistá-lo e estabelecê-lo. A escolha da bandeira a ser defendida e sua forma discursiva de defesa devem ser analisadas como os movimentos de uma partida de xadrez. Saber comunicar-se de acordo com o contexto é o grande segredo; aliás, o contexto é tudo em comunicação durante uma campanha política. Proferir um discurso infeliz e sem apelo significa municiar os adversários, que, se hábeis, irão promover a desconstrução da imagem de seu oponente político aspirante ao poder.

Enfim, para ser o mais claro possível, basta dizer que o atual momento político brasileiro tem bons exemplos do que significa uma assessoria especializada na construção de verdadeiros produtos midiáticos que ascenderam ao poder. Tal façanha não se deu por questões de predestinação, sorte, por influência do zodíaco, e nem mesmo só por paixão e disposição desses atores políticos. Não queremos aqui mencionar nomes nem partidos políticos para evitar qualquer possibilidade de constrangimento. Mesmo assim, cremos que o leitor é perspicaz e sabe a que exemplo estamos apontando para a reflexão sobre como a orientação de um profissional da área

de comunicação em política pode ser definitiva em uma conquista.

O bom produto político (candidato) e o número de simpatizantes eleitores são fundamentais, mas as estratégias podem ser altamente determinantes em um pleito. O que estamos falando diz respeito a uma série de fatores, como o discurso (tema que vise criar uma identidade coletiva), o tom do discurso (volume da voz e de sua cadência), a imagem do produto (forma de apresentação do candidato), o tempo de televisão na propaganda eleitoral gratuita, e hoje, mais do que nunca, o marketing.

Não se pode dizer que um produto político é bom se suas propostas são ruins, pois os eleitores da era da mundialização são exigentes, mais críticos, e não votam apenas em sujeitos bem-intencionados; eles querem mais que isso, querem conteúdo. Isso em um universo em que, por mais que alguns não consigam perceber, as pessoas estão ficando cada vez mais qualificadas. Somente um belo discurso não será suficiente para o convencimento dos eleitores. O que veio a convencer Faraó a constituir José sobre todo o Egito foi sua proposta de governo. O projeto de nação já se autodefine, e isso quer dizer que aqueles que o pleiteiam devem saber como conduzir o país ao progresso. Cumprir esse objetivo só é possível através de um maior envolvimento da população civil, pautando suas conversas com o que compõe e quais as políticas necessárias a uma boa cidade, estado e país. É preciso também entender quantos aspectos estão contidos entre o desejo de construir um mundo melhor e a realização deste desejo. Exige-se muito mais do estadista do que se possa imaginar, sua missão não é tarefa simples; os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e os servidores públicos de um modo geral, precisam saber fazer a máquina estatal funcionar bem.

Como cristãos na posição de agentes incumbidos de consumar o projeto de nação elaborado por Deus, quais seriam suas propostas de governo? Como promover o crescimento econômico, leia-se indústria e agropecuá-ria, de forma sustentável, sem desmatar e sem poluir os mananciais? Como erradicar a miséria? Como baixar o custo final dos produtos? De onde viriam os recursos para implantar as políticas públicas e sociais? Essas são algumas questões a que um estadista deve responder para cumprir suas atribuições.

O fato de estarmos tratando de um projeto de poder político não quer dizer que não é necessário usar os recursos disponíveis nesse mercado específico

devido ao pensamento de que tudo se cumprirá por se tratar de algo que é desejo de Deus, e se é mesmo vai acontecer. Desejamos justamente apontar que esse tipo de pensamento foi o maior erro dos hebreus no Egito e em outras situações de sua trajetória no campo político.

Apelamos mais uma vez para o bom senso e discernimento para que se guardem as proporcionalidades temporais, ou seja, estamos falando de uma época em que não havia os recursos tecnológicos disponíveis atualmente. O que queremos dizer é que os recursos e as estratégias referentes àquela época não foram observados nem utilizados por eles. Os erros ocorrem para que não sejam repetidos. Quem costuma investigar a história, através de pesquisas e estudos, tira bons proveitos quando usa o conhecimento para orientar suas ações, proporcionando a elas maior eficácia. Se sabemos que no passado os hebreus não usaram os recursos disponíveis em sua época, e conseqüentemente não lograram bom êxito, então usemos hoje tudo o que a tecnologia pode nos oferecer para nossa causa aqui apresentada.

Os hebreus, apesar de estarem em uma situação bastante adversa, tinham um potencial para mudar, ou ao menos amenizar, aquela situação. Mas, como não eram estratégicos para tais manobras, penaram amargamente. Já havia quase tudo de naturalmente necessário para que o grande projeto de nação acontecesse, bastava que os hebreus o realizassem.

É como hoje: o que falta aos cristãos para se estabelecerem politicamente? Na verdade, a resposta para essa pergunta é bastante complexa, mas podemos resumi-la: ações bem coordenadas, que começam a partir de uma conscientização política, estratégias, união em torno dessa nobre causa, que depende em parte dos líderes religiosos que estão à frente do rebanho de Deus.

Nessa causa, as questões ideológicas e doutrinárias denominacionais devem ficar à parte; do contrário, deixaremos de cumprir algo que é comum a todos nós, cristãos: executar o grande projeto de nação idealizado e pretendido por Deus. Até porque temos percebido, por parte da sociedade, que ser evangélico no Brasil ainda é como ser estrangeiro no Egito nos dias dos Faraós.

Votar e ser eleito é um direito de todos os que estejam alistados. Além disso,

as vagas ao poder nos cargos públicos existem para aqueles que têm disposição para pleiteá-los. Mas a pergunta é a seguinte: Quem tem tido maior disposição e articulação para isso? Basta olhar quem são aqueles que têm estado no poder. Há mais de meio milênio de Brasil, verifica-se um quadro crônico de prevalência no poder político nacional.

O não-engajamento e o não-comprometimento por parte dos cristãos, naturalmente, vinham contribuindo de forma negativa com o grande projeto de nação pretendido por Deus. É claro que devemos respeitar o livre-arbítrio de todos; afinal, trata-se de uma concessão divina ao ser humano. Além disso, o direito de votar é pessoal e intransferível. Mas é no exercício dele que a pessoa verifica de quem é correligionária, o mastro da bandeira que está empunhando e de que lado está.

“Todo reino dividido contra si mesmo ficará deserto, e a casa cairá” (Lucas 11:17). Moisés, após tomar conhecimento de a que povo pertencia, posicionou-se favorável e definitivamente à causa dos seus. É muito importante esclarecer que a postura de Moisés, no primeiro momento, não se mostrava como um posicionamento de fé, pois ele ainda não conhecia Deus e muito menos sabia que era o ator principal de um projeto de poder e de nação. Mesmo assim, decidiu-se sobre de que lado estaria daquele momento em diante!

E você, como cristão, de que lado deveria estar? E mais, quantos leitores e examinadores da Bíblia Sagrada já tiveram a sensibilidade de perceber que ela é um manual que não se restringe apenas à orientação de fé religiosa, mas também é um livro que sugere resistência, tomada e estabelecimento do poder político ou de governo, e vai muito além desses temas? Quando todos ou a maioria dos que a seguem estiverem convictos de que ela é a Palavra de Deus, então ocorrerá a realização do grande sonho Divino.

Não há projeto auto-executável, pelo menos no campo de que estamos tratando, pois ele sempre dependerá de executores disponíveis para sua conclusão. Estamos falando de uma intenção antiqüíssima, na verdade milenar, e que ainda não se concluiu. A não-conclusão do projeto em questão nunca se deveu a uma indisposição de Deus para efetuá-la, mas a falhas dos agentes que foram designados a estabelecê-la.

Quanto tempo ainda levará para que Deus realize o Seu grande sonho de nação? Quando todos os que se dizem Seus estiverem conscientizados, dispostos e disponíveis a isso.

“Depois disto, ouvi a voz do Senhor, que dizia: A quem enviarei, e quem há de ir por nós? Disse eu: eis-me aqui, envia-me a mim.” (Isaías 6:8)

CAPÍTULO 4

O processo de libertação

Quem crê sabe que Deus tem poder para tudo; aliás, muito mais que o impossível.

Existem coisas que são verdadeiros mistérios reservados exclusivamente para Deus. Algumas mensagens contidas na Bíblia de fato são subliminares e exigem uma atenção maior para que sejam captadas. É claro que nos referimos a uma atenção espiritual, mas para outras mensagens não se exige um maior esforço interpretativo por significarem literalmente o que se lê. É importante também entender que ela é uma fonte temática inesgotável, ou seja, faz referência a tudo, como já dissemos anteriormente. Significa dizer que, ao ser lida com o objetivo de identificar uma especificidade, ela certamente será percebida. No caso deste livro, quando nos propusemos a escrevê-lo, atentamos para as questões e interpretações relacionadas à política. Esse esclarecimento visa fazer com que o leitor entenda que nessa

linha de pesquisa, bem como em seu foco de análise aqui proposto, não caberiam perguntas como “Por que Deus permitiu que seu povo passasse pelo que passou?” ou “Por que Ele não interveio antes?”, mas sim “Como Ele conduziu esse processo?” e “Com que propósito?”. O que fica nítido em toda essa trajetória é que havia lições sobre comportamentos sociais e políticos que os filhos de Israel não haviam aprendido, ou, se haviam, foram negligentes. Pois, para quem estava designado a estabelecer e governar uma nação, que era o plano de Deus para eles, esse conhecimento era de vital importância e não podia ser ignorado de forma alguma, sendo constituído por etapas que não poderiam ser puladas.

Queremos chamar a atenção para o fato de que política tem parâmetros e princípios estratégicos e estruturais fundamentais. As teorias servem para nortear uma ação política e indicam o que possa ou não ter dado certo, orientando a aplicação de uma ação mais adequada e eficaz. Há, também, que se observar a temporalidade de usos estratégicos, pois o que pode ter sido adequado em certa ocasião pode não ser em outra.

A visão estadista, o conhecimento de política, o espírito público e as ações estratégicas são imperiosos aos que almejam governar. Ela diz respeito à composição e complexidade estrutural da cidade, isto é, saúde, educação, segurança, transportes, estradas, tratamento e abastecimento de água e esgoto, hidrelétricas e outras fontes de energia, pavimentação, área de lazer, habitação. É também muito importante saber diferenciar o que é público do que é privado. Muito embora não se possa medir o quanto essa confusão de limites e particularidades representa nos casos de corrupção, mesmo assim presumimos ser um dos fatores causadores desses atos ilícitos. Enfim, esses são apenas os requisitos básicos.

Devemos destacar que é totalmente desaconselhável ao político, mais em especial ao gestor público, que sua ótica gestora seja teocrática como se tem observado ao longo da história política nacional. A sociedade é composta por pluralidade, e cabe ao servidor público ser sóbrio e equilibrado a fim de que sejam evitadas possíveis discriminações, até porque o Estado brasileiro é laico. Nosso País já teve características teocráticas, ou semiteocráticas, como já se pôde observar em vários momentos da história do Brasil. O Estado laico deve ser isento em seus posicionamentos. Não é justo inserir a doutrina

religiosa nas decisões do Poder Público, não é nada justo para os que não professam a mesma fé. A esse respeito, tudo o que o Estado deve garantir a seus cidadãos é a liberdade de fé, e o não vilipêndio do local de culto.

Os resquícios teocráticos têm sido observados de longa data, em especial na mídia, e por vezes o próprio Poder Público assume de forma usual o posicionamento da igreja. Quantos religiosos dos mais variados credos já devem ter questionado a que igreja ou religião esse costume está se referindo? Ora, dessa maneira muitos ficam impedidos de opinar sobre os grandes temas sociais e políticos. Seria uma retomada da ágora dos gregos, que excluía determinadas classes sociais de deliberar sobre os anseios coletivos?

O tempo de aprendizado varia muito de um indivíduo para outro. Tanto que não são raras as vezes em que experiências vividas no passado do povo hebreu são invocadas redundantemente. Por exemplo: “Lembrai-vos disso, ou daquilo outro, do que passamos e como Deus agiu.” A moral da história é: Viram só o quanto custa ignorar as coisas no caso de nosso objeto de estudo, a política? Até quando estará sendo cometida a mesma desatenção para com algo tão explícito e com várias indicações de procedimentos?

Sabemos que não se muda uma cultura da noite para o dia, mas estamos tratando de um intento milenar. Na verdade, o que ocorre é o seguinte: tudo é questão de atenção e percepção. Existem coisas na natureza, na sua rua, no seu quintal, na sua casa, às vezes até em seu próprio corpo, que sempre estiveram onde estão, ou há bastante tempo, mas você nunca tinha reparado. As percepções são derivadas do foco e do protocolo de uma observação.

Exemplificando, isso é semelhante aos procedimentos de um exame de laboratório, ou seja, não basta colher o sangue, é preciso definir o tipo da análise que se quer daquele material, do contrário a única conclusão seria de que ele é líquido e de coloração avermelhada, e só isso, quando, na verdade, ele diz muito mais desde que se priorize um foco de observação e apuração de determinadas informações. É por essa razão que, sem querer subestimar ninguém, estamos tratando de um assunto percebido por poucos leitores e estudiosos da Bíblia: a política e o grande projeto de poder.

“Entre o céu e a terra há mais coisas do que a vã filosofia humana pode

imaginar.” (William Shakespeare)

Portanto, Deus segue procedimentos normais e técnicos. Em política, quem erra menos em seu discurso e durante uma campanha eleitoral tem mais chances de vitória. Isso, é claro, soma-se a outras tantas questões, como a de conseguir identificar-se com os anseios da coletividade e despertar uma empatia. Reiterando, é essencial também ter bons projetos, demonstrar responsabilidade social, ter visão programática e estadista para gerir o Estado, estabelecê-lo e desenvolvê-lo. Pois os eleitores do mundo globalizado são mais críticos, portanto mais exigentes em suas escolhas, e estão atentos aos que têm e aos que não têm conteúdo programático para o Estado.

Há outro grande equívoco bastante cometido, não somente por boa parcela dos cristãos, mas também por membros de outros segmentos da sociedade que se aventuram no universo político. E esse erro é achar que o trabalho político se encerra após os processos eleitorais. Na verdade, nesse campo específico, o trabalho é contínuo e atemporal; por constituir um processo, referimo-nos a ele como decurso. Estamos falando de um espaço de muita rivalidade e artimanhas, em que um discurso infeliz, ou impensado, pode pôr tudo a perder, acabando por municiar a campanha do opositor contra esta nobre e divina causa. É extremamente necessário que haja um projeto visando primeiramente à conscientização e ao amadurecimento e esclarecimento de um povo, ou de uma classe, para que então seja construída a estratégia e alcançados os objetivos intencionados.

Por que Deus não fez ou faz exatamente o que deseja, se tem toda a autoridade e poder? Ele quis dizer o seguinte: “é assim que se faz e se trabalha nesse campo”. Complementando esse raciocínio, lembremo-nos de quando Jesus, que a rigor não necessitava ser batizado por João Batista ou qualquer outro, deixou bem claro que Seu batismo constituía uma referência a ser praticada por todos os que desejassem seguir Seu conceito de religiosidade. Uma lição!

A pretensão aqui é fazer com que haja, por parte dos cristãos, o despertar do conhecimento de quem é você e qual deve ser o seu papel dentro desse projeto, desse plano.

O homem é um elemento de ação e, quando fica inerte, não acontece nada.

Por isso, observamos que nos textos bíblicos ele está sempre sendo estimulado por Deus com palavras como “vai, entra, faça, tome posse etc.”. Esse é um fato incontestável, que pode ser verificado por quem quer que seja ao examinar a Bíblia. Isto é fácil e comprovadamente perceptível. Em Leviatã, Thomas Hobbes menciona o que estamos dizendo da seguinte forma: “Homem nenhum duvida da veracidade da afirmação que segue: quando algo está imóvel, permanecerá imóvel para sempre, a menos que alguma coisa a agite.”

Quando uma pessoa não conhece a missão designada para si no que diz respeito à sua vida cristã ou a qualquer outra área de sua vida, não tem como cumpri-la. O alvo precisa ser identificado e focado. Uma vez conhecida, ou estabelecida uma meta, deve-se planejar o alcance de tal ideal.

Não há nenhum enigma na Bíblia para dificultar a percepção de nenhuma pessoa que a leia; nunca houve nenhum plano oculto em seu conteúdo. O que pode, sim, haver é a não-percepção de uma mensagem, por mais clara e evidente que ela seja. O que não nos falta são exemplos bíblicos a respeito do tema abordado. Outra relevante referência é quando Moisés passa a não ter dúvida de que sua origem não era egípcia — como pensara ser durante certo tempo —, e sim hebréia. Engajou-se imediatamente, ainda que de forma instintiva ou por puro reflexo, à causa de seu verdadeiro povo a ponto de não mais tolerar vê-lo passar pelos sofrimentos e humilhações que há muito o oprimiam.

É bem verdade que Moisés não havia percebido que era o ator principal do processo de libertação de seu povo, e que também deveria transformá-lo em uma nação constituída. Tanto que, ao ver um hebreu ser chicoteado por um homem egípcio, confrontou-se com ele e o matou, quebrando-lhe o pescoço. Isso lhe custou o exílio. Seu posicionamento ficou, a partir daí, evidente e definido, pois o fez assumir de que lado era correligionário.

Em seu exílio, Moisés andou errante durante um tempo até chegar a um lugar de nome Midiã, que ficava no deserto do Sinai, conforme relatado no livro de Êxodo, capítulo 2. Ali ele permaneceu, casou-se e constituiu sua família até que um grande encontro o redirecionasse ao Egito, centro do poder do mundo naquela época.

Sua missão era libertar o povo de Israel, resgatar-lhe a cidadania e guiá-lo à posse de seu próprio reino.

CAPÍTULO 5

O encontro com Deus e a missão

Toda pessoa tem que ter um objetivo em sua vida, conforme já apontamos. Aqui reafirmamos essa necessidade. Uma pessoa com objetivo deve aprender a traçar um plano estratégico de como será sua trajetória até o ideal pretendido. Pois quem não tem um alvo vive errante e cheio de incertezas, sem saber aonde quer chegar. E, se não o sabe, é como se vivesse ao sabor do vento e sem perspectivas do que possa vir a ocorrer. O que esperar de alguém sem pretensões, sem uma causa e, portanto, sem um alvo? Tente se imaginar andando em um imenso deserto ou em uma densa floresta onde tudo parece ser igual, sem uma bússola ou qualquer outro método de orientação.

O verdadeiro encontro com Deus norteia, orienta o ser humano aos acertos. Todos os grandes heróis citados na Bíblia só tomaram conhecimento de sua verdadeira missão a partir do momento em que tiveram um encontro com Deus. Em sua maioria, eles, se não todos, tinham ideologias e objetivos

pessoais, mas tiveram fé, humildade e despojamento para executar os objetivos do coração de Deus, e, como nós, entenderam que a proposta que lhes foi apresentada era muito superior e gerava benefícios muito maiores do que simples melhorias pessoais. Por isso, foram diferenciados de seus contemporâneos, especificamente dos que diziam professar a mesma fé que a deles. Porém, não se juntaram a eles em algo que dizia respeito à coletividade e os tiraria não só de um plano secundário, mas também da exclusão dos grandes temas sociais e das decisões políticas de sua época.

O encontro de Moisés com Deus é um dos mais emblemáticos no que se refere ao plano de poder do qual estamos tratando. Esse encontro deu-se da seguinte maneira: Moisés estava ao pé de uma das várias montanhas da cadeia do Sinai, quando se deparou com uma cena extraordinária. No cume do Monte Sinai, havia uma sarça – pequena árvore típica daquela região – envolvida por fogo. Este não foi o fator que despertou a atenção de Moisés, mas, sim, o sobrenatural fato de que o fogo não queimava a sarça. A pequena árvore mantinha preservada a sua integridade. Aquela situação incomum aguçou a curiosidade de Moisés, o que não é de se estranhar, de tal forma que o fez dizer a si mesmo: “Irei para lá e verei essa grande maravilha” (Êxodo 3:3). E, então, ele subiu. Este livro deseja simbolizar aquela sarça que revelou a Moisés Deus e Seu grande projeto de nação.

É importante frisarmos que Moisés, dali por diante, deixaria de ser uma pessoa comum para tornar-se um ícone entre as demais. Ele desceu transformado e sabedor de que era o agente de uma causa especialíssima: a causa de Deus para com o povo hebreu.

Lá em cima do Monte Sinai, Moisés ponderou com Deus sobre como convenceria o povo hebreu de que o Senhor havia aparecido para ele e de que existia um plano de nação, que reverteria toda a situação daquela gente e reescreveria a sua história.

“Mas eis que não crerão, nem acudirão à minha voz, pois dirão: O Senhor não te apareceu.” (Êxodo 4:1)

Se entrarmos no mérito da questão, ou seja, por que Moisés decidiu subir ao Monte Sinai e aproximar-se da sarça ardente, entraremos em alguns conceitos a serem considerados. Primeiro, tratava-se de um espetá-?culo sobrenatural,

um fenômeno inigualável. Isso é ponto pacífico. Segundo, devemos levar em consideração outras possíveis motivações capazes de estimulá-lo à subida ao Sinai. Diz-se, por exemplo, que a vaidade de alguns, se não da maioria dos reis do passado, era tanta que os fazia desejar exclusividades maravilhosas. A julgar pelo que se observa nos dias atuais, quando o desejo pelas exclusividades permanece bastante latente nos seres humanos, principalmente nos mais abastados, presume-se que isso seja uma possibilidade.

Conta-se que no passado, em alguns reinos, podia-se até receber a anistia de dívidas e o perdão de crimes caso houvesse um feito heróico ou se agraciasse o rei com algo inédito e maravilhoso ou que se cumprissem tarefas consideradas impossíveis de serem realizadas. É o que, em comparação com os dias atuais, assemelha-se aos *lobbies*, ou mimos.

As informações literárias nos levam a deduzir que Moisés era um homem muito inteligente, que percebeu que poderia estar diante de uma grande oportunidade. E oportunidades, por mínimas que pareçam, não podem ser desperdiçadas. A exemplo do que estamos falando, lembre-se de que os hebreus poderiam ter aproveitado o tempo em que José esteve no poder para se estabelecerem politicamente, mas não o fizeram, o que foi lamentável para eles.

E por falar em oportunidades, vale salientar que o potencial quantitativo de evangélicos no Brasil é altamente relevante e que o momento é oportuno ao projeto divino de nação!

Ainda que seja um comentário especulativo sobre o que possa ter se passado pela cabeça de Moisés, essas possibilidades conceituais podem e devem ser consideradas, sim. Estamos nos referindo a alguém que foi um grande pensador e homem de visão estratégica e estadista. Os dados que afirmam essa dedução são:

Primeiro, Moisés não conhecia Deus. Portanto, ao ver e se admirar com a sarça, não sabia exatamente qual o significado daquele evento fenomenal.

Segundo, antes de passar a viver no deserto, Moisés viveu no maior conforto e luxo que o mundo da época podia oferecer. Com certeza, aquele não deveria ser o lugar no qual ele gostaria de passar o resto de sua vida.

Além, é claro, de muitas outras razões que não percebemos, mas que, a *priori*, não se relacionavam à fé ou a Deus como estímulo de subida ao monte.

Mas se, de fato, passou por sua mente algo parecido com qualquer uma dessas possibilidades, a sua duração foi apenas do sopé ao cume do monte, onde estava a pequena árvore chamejante.

O mais surpreendente ainda estava por vir: o maior de todos os encontros que o ser humano pode ter e a revelação, de forma clara e total, da intenção política de Deus para com Seu povo.

Da pequena árvore, Deus apresentou-Se a ele dizendo: “Moisés! Moisés! Ele respondeu: Eis-me aqui! Deus continuou: Não te chegues para cá; tira as sandálias dos pés, porque o lugar em que estás é terra santa. Disse mais: Eu sou o Deus de teu pai, o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó. Moisés escondeu o rosto, porque temeu olhar para Deus” (Êxodo 3:4-6).

“Disse ainda o Senhor: Certamente, vi a aflição do meu povo, que está no Egito, e ouvi o seu clamor por causa dos seus exatores. Conheço-lhe o sofrimento; por isso, desci a fim de livrá-lo da mão dos egípcios e para fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e ampla, terra que mana leite e mel; o lugar do cananeu, do heteu, do amorreu, do ferezeu, do heveu e do jebuseu. Pois o clamor dos filhos de Israel chegou até mim, e também vejo a opressão com que os egípcios os estão oprimindo. Vem, agora, e eu te enviarei a Faraó, para que tires o meu povo, os filhos de Israel, do Egito” (Êxodo 3:7-10).

Agora Moisés é alguém plenamente conscientizado de sua designação e da forma como ela deverá ser executada. Ele percebeu que, provavelmente, a parte mais complicada de sua tarefa não seria enfrentar o Egito, ou mesmo Faraó, mas, sim, mobilizar os próprios hebreus para tal causa.

O segredo de haver êxito em qualquer questão de cunho político é o consenso, pois sem ele não há triunfo. Há um jargão de resistência dos movimentos políticos organizados que define bem essa tese: “O povo unido jamais será vencido.”

Equivocam-se os que presumem que a conclusão do projeto de nação já tenha se dado através da criação do Estado de Israel. Israel representa uma célula de tudo o que está planejado para acontecer. A promessa de Deus feita ao patriarca Abraão denuncia Sua intenção, ao dizer que o colocaria por pai de numerosas nações. Isso é algo muito mais complexo do que se possa imaginar.

“Prostrou-se Abrão, rosto em terra, e Deus lhe falou: Quanto a mim, será contigo a minha aliança; serás pai de numerosas nações. Abrão já não será o teu nome, e sim Abraão; porque por pai de numerosas nações te constituí. Far-te-ei fecundo extraordinariamente, de ti farei nações, e reis procederão de ti.” Gênesis 17:3-6

Essa passagem torna incontestável o entendimento de que os planos de poder e de nação não se limitam ao Estado de Israel. E, mais que isso, indica que tudo aquilo planejado por Deus, e prometido ao patriarca Abraão, ainda não foi concluído. Constatar isso não significa dizer que se esteja longe de alcançar a meta determinada. Da criação do Estado de Israel para cá, especialmente nas últimas três décadas, aproximadamente, o evangelho se propagou de modo gigantesco. Estamos falando de milhões de pessoas que foram evangelizadas e passaram a fazer parte do universo dos que professam uma mesma fé. Não estamos nos referindo a nenhum rótulo denominacional, mas sim a cristãos. No momento em que eles se aperceberem desse projeto que aqui está sendo apresentado, verão que estamos tratando de algo que está muito próximo de ser concluído, mas que, ao mesmo tempo, requer ações práticas de seus genuínos representantes.

Imagine todos os cristãos do Brasil, e do mundo, conscientizados. Certamente, estariam engajados neste propósito divino: o povo de Deus, com sua dignidade e respeitabilidade, governando com justiça social pelo temor que lhes é peculiar.

CAPÍTULO 6

O agente apropriado

Ao nos referirmos a um agente apropriado, estamos apontando para aquele que politicamente é mais capacitado para sê-lo. Moisés tornou-se um mito político por sua própria trajetória de vida e por vários outros atributos que lhe eram peculiares. Esses atributos contribuíram muito para fazer dele uma pessoa com potencial político. Isso foi observado por ambas as partes, ou seja, tanto pelos hebreus quanto pelos egípcios.

O mito é uma chancela. No caso da política, sua potencialidade deve ser bem explorada para que a pessoa seja o ator principal de um partido; porém, sua imagem deve ser resguardada para os momentos verdadeiramente relevantes, evitando assim seu desgaste e desconstrução.

Às vezes, dependendo de sua vultuosidade, o mito se torna uma marca, um produto à parte, independentemente de sigla partidária. Tanto que seu reconhecimento e expressividade extrapolam o seu meio de correligionários.

Moisés foi uma escolha do próprio Deus, não que Ele dependesse de Moisés para elaborar Seu projeto, mas sim porque estrategicamente era o que mais convinha.

Veja que estamos diante de mais uma lição estratégica de como fazer política. A escolha do agente apropriado definiu de forma oficial (digamos assim) o início de um grande intuito divino.

Verificamos, através das Sagradas Escrituras, que Moisés entra na presença de Faraó e faz exatamente o que Deus havia ordenado que ele fizesse, sem se intimidar, sem se impressionar com a ostentação da beleza palaciana ou mesmo temer ser morto pelos soldados do rei. Vamos entender o que estava acontecendo:

A obra que Deus realiza é racional e irreparável, por isso sua conclusão é perfeita. A fé, à luz da Bíblia, tem de ser racional, inteligente e inconformada. Do contrário, ela não será razoável, e, conseqüentemente, será inoperante.

“E não vos conformeis com esse século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus” (Romanos 12:2). E essa renovação significa, também, a evolução intelectual e ampliadora dos horizontes dos cristãos. Essa ampliação de uma fé inteligente é extensiva e se refere, inclusive, à questão política.

Conforme a passagem bíblica mencionada, essa visão (entendimento) proporcionará ao povo que, ao aplicá-la, alcance a vida agradável desejada por todos e prometida por Deus.

Apenas para relembrar, o foco desta obra é analisar a política nos textos sagrados, visando identificar, para os cristãos, um desejo divino de nação, que neste caso específico é político e, portanto, terreno. Faz parte também do nosso objetivo mostrar que as Sagradas Escrituras são riquíssimas e vão muito além do que alguns têm conseguido observar. Pois a Bíblia é um manual de bem-viver que trata de todos os aspectos relacionados ao ser humano, todos os aspectos mesmo! Sem nenhuma exceção!

Além de tratar de orientação da fé, também é um livro de resistência e propagação da emancipação humana.

É fundamental que o povo de Deus desperte e pratique essa fé inteligente, pois ela é objetiva, determinada e equilibrada. Daí o porquê de observarmos que, muito embora Deus tenha poder absoluto para realizar aquilo que bem entender, afinal Ele “Chama à existência as coisas que não existem” (Romanos 4:17), nós O vemos usando a razão, a mais pura lógica para a realização de um objetivo. O agente que Deus estava utilizando foi providencialmente preparado.

Vejamos:

Moisés foi criado por Faraó em seu palácio e educado como príncipe, era politizado e de visão estadista.

Naturalmente, Moisés era tratado e reverenciado de acordo com a sua majestade.

Outro ponto muito importante nessa seleção é que ele estava familiarizado com aquele ambiente, pois o castelo havia sido sua casa também.

A razão leva-nos a crer em uma tendência inegável. Tente imaginar se um hebreu comum, e habitante de Gózem, portanto estranho àquele ambiente suntuoso, estivesse naquele lugar e na presença de Faraó. Ele certamente ficaria intimidado e impressionado com tamanho luxo. É preciso, ainda, considerar de forma significativa a possibilidade de tal pessoa sequer conseguir aproximar-se do portão do castelo, muito menos ter acesso ao seu interior, e, ainda menos, chegar próximo de Faraó para argumentar. O que, obviamente, não ocorreu com Moisés,? pelas razões já apontadas. Ele era alguém que tinha sido, até pouco tempo, o segundo homem na linha hierárquica e sucessória de poder no Egito. O que Moisés representou para os egípcios foi um grande trunfo que Deus jamais ignorou, pois ele era alguém que dispensava qualquer tipo de apresentação. Ele (Moisés) chegou e entrou. Não há narrativas de impedimento dele ao interior do castelo, a não ser quando o próprio Moisés e Faraó decidiram quando seria o seu último encontro. “Disse, pois, Faraó a Moisés: Retira-te de mim e guarda-te que não mais vejas o meu rosto; porque, no dia em que vires o meu rosto, morrerás. Respondeu-lhe Moisés: Bem dissestes; nunca mais tornarei eu a ver teu rosto.” (Êxodo 10:28,29)

Um ponto importante e que marca uma total mudança naquele cenário político é que outra vez os filhos de Israel tinham uma representação com acesso ao governo daquele reino.

Maquiavel, em *O príncipe*, sua obra literária que inegavelmente se tornou um dos maiores, se não o maior, clássico sobre política de todos os tempos e leitura praticamente obrigatória da ciência política, em especial para aqueles que se aplicam a estudar o fenômeno do poder, faz referências a Moisés. Vejamos uma citação que coincide com nossos comentários neste capítulo:

“Como exemplo dos que se tornaram príncipes mais por atributo de competência do que pelo favorecimento da sorte, afirmo que os de maior excelência foram Moisés, Ciro, Rômulo, e Teseu e outros como eles. Embora não se deva discutir Moisés, por ele ter sido um mero executor das obras de Deus, devemos admirá-lo em virtude da graça que o fez digno de falar com Deus.” (*O Príncipe*, de Maquiavel)

O que dignificou Moisés a falar com Deus, como destaca Maquiavel? O fato de que Moisés era uma ferramenta fundamental para o projeto de poder naquele determinado período.

Mais uma vez, apelamos à sensibilidade dos cristãos a fim de que percebam a necessidade da argúcia para determinar o tipo de ação necessário em cada momento. Em política, essa sensibilidade é quase tudo.

CAPÍTULO 7

A reconstrução da cidadania

Quando o assunto se refere à cultura de um povo, no que tange a costumes e tradições, precisamos entender também que estamos tratando do chamado senso comum. Trata-se de questões que dizem respeito à essencialidade e aos porquês de pensar ou agir de um determinado ou mesmo de variados modos bem específicos de cada povo.

Quando se trata de maneiras e conceitos, há as características regionais, e antes delas as familiares. A própria história do que poderíamos chamar de processo da evolução cultural do ser humano registra momentos trágicos em que pensadores foram executados das mais variadas maneiras ao apresentarem novas teses que contrastavam com o que as pessoas acreditavam ser.

As polêmicas que giraram em torno de pesquisas com células-tronco embrionárias é um dos exemplos mais atuais de como às vezes parte da

sociedade resiste ao novo ainda que haja comprovação científica de benefícios para toda a humanidade. No caso, tentou-se impedir, através de posicionamento religioso encabeçado pela Igreja Católica Apostólica Romana, a liberação das pesquisas com as células-tronco embrionárias. Em sessão histórica realizada no dia 29 de maio de 2008, o Supremo Tribunal Federal aprovou a lei que permite a realização de pesquisas com células-tronco embrionárias. Esse fato marcou também a derrota política do Vaticano, que usou de várias estratégias tentando influenciar os resultados da decisão do Supremo. Chegaram ao ponto de apresentar uma reformulação de sua lista de pecados que foram nominados como os sete novos pecados capitais, e entre eles estão os experimentos científicos que envolvem seres humanos.

O objetivo aqui é exemplificar melhor com um fato bastante atual (a pesquisa com células-tronco), pois sabemos o quão difícil é a promoção de novos conceitos, seja de um povo ou de uma classe social. Através deste exemplo podemos também verificar que a sociedade, de um modo geral, é autônoma e crítica em seus posicionamentos, e que não pode de forma alguma ser subestimada em sua inteligência.

Não se deve esperar que uma cultura (sem entrar no mérito do que seja ou não ideal) ou grupo social aceitem, logo em um primeiro momento, mudanças bruscas, mesmo que existam anseios pelo novo. Diante de mudanças, a sociedade tende, imediatamente, a assumir uma posição de cautela, o que é natural. Apontaremos algumas dessas mudanças mais adiante.

Historicamente, há registros de que os interesses privados e políticos de alguns segmentos chegaram a promover queima de livros a fim de privar muitos do conhecimento e, conseqüentemente, de sua emancipação social. Um povo esclarecido é menos manipulável! Às vezes, para se chegar a um ponto considerado ideal ou mais adequado para alcançar determinados objetivos, a mudança cultural leva mais tempo do que se possa imaginar; estamos falando de um processo de médio a longo prazo. Essa depuração de conceitos, dependendo do seu grau de dimensão, pode atravessar muitas gerações até amadurecer.

Alguns fatores pautam essa resistência ao novo. O próprio modelo e o

ambiente social podem estabelecer tabus, preconceitos, superstições, medo do novo, entre muitas outras questões.

É muito cômodo utilizar esses fatores impeditivos à emancipação social no campo do jogo do poder. Ou seja: bloquear a evolução da sociedade no sentido de estar aberta para novos conceitos procedimentais é altamente interessante para os adversários que estão na peleja de cunho político. Seria alguma coisa próxima do sentido de um velho ditado popular que diz: “Em terra de cego, quem tem um olho é rei.” O aprendizado capacita o indivíduo, tornando-o competitivo. Além da aplicação, para que haja o aprendizado é necessário haver humildade e disposição para rever conceitos, e, se for o caso, mudar a opinião anterior ao conhecimento. Do contrário, fica muito complicado promover uma transformação.

A verdade é que muitos objetivos têm deixado de ser alcançados por causa de erros cometidos na execução de seu processo. O que se deve fazer é buscar a forma adequada, apropriada, para atingir os objetivos, e não negligenciar as diretrizes.

No passado, a predominância dos senhores feudais sobre os vassalos ocorreu porque os primeiros, além de deterem o poder econômico, eram mais bem informados e não deixavam que os vassalos tivessem acesso à informação. O fim do feudalismo deu-se justamente quando os vassalos começaram a se tornar informados, mais esclarecidos e organizados, o que, conseqüentemente, promoveu sua emancipação.

Os burgos tiveram papel fundamental nesse processo, digamos abolicionista, que também promoveu um novo modelo de regime e de poder político. Eles apresentaram aos vassalos o *status* de sujeito e de individualidade, uma nova forma de pensar e de agir. De ações cotidianas sempre iguais não se pode esperar inovadores, mas a partir do instante em que os vassalos diferenciaram suas ações, experimentaram momentos diferenciados em suas vidas, inclusive deixando de ser vassalos.

Essas citações foram feitas para podermos entender melhor a complexidade da missão de Moisés, que, entre tantas e tantas tarefas, tinha o trabalho de organizar e resgatar, digamos assim, a cidadania dos hebreus. Na verdade, seu mais árduo trabalho com os hebreus seria de reconstrução de valores e

conceitos gerais. Ele sabia que o grau de dificuldade de sua missão era enorme.

Após mais de 400 anos de escravidão em condições subumanas, o povo de Israel deixa o Egito. Eles saem com a promessa de Deus de que tomariam posse da mais fértil e abundante terra que existia no planeta naquela época. No entanto, ninguém daquela geração, com exceção de Josué e de Calebe, entrou na terra que manava leite e mel.

Observe que estamos falando de um povo que, apesar de ser livre e de não passar por privações de alimento, bebida ou vestuário, morreu no deserto.

A peregrinação entre o Egito e Canaã levou aproximadamente 40 anos. Esse trajeto, dada a distância da viagem, se percorrido a pé (e foi exatamente esse o caso), poderia ser feito em aproximadamente três semanas.

Há um fator muito curioso em toda a narrativa desse episódio, que suscita perguntas cujas respostas endossarão o esclarecimento do assunto, proporcionando melhor compreensão do contexto: Por que, então, os que entraram na terra prometida levaram todo esse tempo, isto é, 40 anos, se Deus os guiava de dia e de noite? Por que um percurso apontado como relativamente curto, que poderia ter sido cumprido em três semanas de viagem, foi feito em 40 anos?

“O Senhor ia adiante deles, durante o dia, em uma coluna de nuvem, para os guiar pelo caminho; durante a noite, em uma coluna de fogo, para os alumiar, a fim de que caminhassem de dia e de noite. Nunca se apartou do povo a coluna de nuvem durante o dia, nem a coluna de fogo durante a noite” Êxodo 13:21,22.

Vamos observar que aqueles que entram e que tomam posse da terra prometida são os que podemos denominar como os filhos de uma nova cultura, e de novos conceitos, se comparados aos que viveram e saíram do Egito. Eles só ocupam a terra que havia sido prometida a eles por Deus depois de terem assimilado o suficiente para fazê-los aptos a administrar e promover o desenvolvimento daquele lugar, não apenas por se tratar de pessoas de boa vontade, mas sim por estarem conscientizadas e preparadas. Essa lapidação de costumes levou aproximadamente 40 anos. Durante esse

período, Moisés e Josué administraram momentos terríveis de instabilidade à frente do povo hebreu. Manter a ordem em meio a um povo sem disciplina e sem noção alguma de organização, que não conhece seu papel social, é algo que beira o impossível.

Esses não raros episódios não se deveram exatamente às condições difíceis do deserto, mas sim aos conflitos culturais. Alguns dos hebreus que ali estavam sequer conseguiam imaginar a dimensão, e muito menos a importância histórica, daquele acontecimento. Isso dificultou e atrasou muito a evolução do processo do qual faziam parte. Afinal, tudo era muito novo para eles, e mais do que isso, inédito para um povo que viveu durante 400 anos como escravo habituado a fazer as coisas sob o açoite dos feitores. Os hebreus estavam confusos com a nova proposta de viver que lhes estava sendo apresentada, e deviam fazer indagações como: Nunca foi assim, nunca precisamos disso, se chegamos até aqui de nosso jeito, para que mudar? Questionamentos próximos ou semelhantes a esses foram os responsáveis por tornar as conquistas morosas de Israel. Dois aspectos estavam sendo trabalhados ao mesmo tempo com aquela gente: o resgate da identidade social e cidadã e a atualização de seus conceitos. O tempo no sentido figurado da expressão havia parado para eles enquanto foram escravos, o mundo seguiu em seu processo evolutivo e eles não. Em 400 anos, o mundo havia mudado bastante e os hebreus estavam alienados a essas mudanças.

Tente imaginar o quão difícil deve ter sido convencê-los de que podiam produzir o seu próprio sustento, e, mais que isso, ser senhores de suas próprias terras. Vejam em que o Egito os havia transformado: em pessoas totalmente dependentes e desacreditadas de si mesmas (vassalos). Suas constantes reclamações denunciavam essa condição.

“Disseram a Moisés: Será, por não haver sepulcros no Egito, que nos tirastes de lá, para que morramos neste deserto?” (Êxodo 14:11). Em outras palavras, eles, por mais estranho que pareça, estavam dizendo que não sobreviveriam sem os “cuidados” do Egito.

Para Deus era muito importante que, desta vez, o processo avançasse e fosse diferente das anteriores tentativas frustradas de transformar Israel em nação, nas quais os agentes executores puseram tudo a perder. Foram 40 anos de trabalho na reconstrução dos conceitos do povo hebreu, a fim de garantir o

sucesso e a evolução do projeto, e, se necessário fosse, mais tempo seria utilizado. Tudo dependia da desenvoltura comportamental, social e do grau de aprendizado daquela gente.

Nos dias atuais, com o advento da mundialização, da internet e de tantas outras ferramentas de informação e integração social, as coisas se atualizam em uma velocidade absurdamente grande. Isso propicia um risco enorme, para aqueles que estão alheios e desatentos às evoluções, de ficarem excluídos do sistema, como nos dias de escravidão dos hebreus no Egito.

No caso específico dos hebreus, essa nova cultura tem seu início com a instituição dos dez mandamentos, que eram compostos de regras importantes, mas de fácil assimilação. Com certeza, Deus e o próprio Moisés sabiam que a princípio não podiam exigir nem esperar muito dos hebreus. Afinal, foram cerca de 400 anos vivendo sem regra nenhuma (estado de natureza). Os itens dos dez mandamentos nos sugerem que eles haviam perdido a identidade de sociedade organizada, de estrutura familiar ética e moral.

O resgate da educação, do respeito para com terceiros e da auto-estima era fundamental para quem deveria tornar-se nação e gerir um Estado que viria a se lastrear e desenvolver na dependência de que seus membros tivessem espírito de corpo e coletivo. Mesmo em família, o espírito de equipe era raro.

Os hebreus conviveram durante um bom período apenas com essas dez regras básicas, que, apesar de não estabelecerem qualquer tipo de punição terrena, marcava o início de importantes mudanças comportamentais e sociais. Portanto, eram somente educativas, religiosas, e não punitivas. Era como uma espécie de bê-á-bá do princípio da alfabetização, neste caso, para o resgate de uma postura mais sociável e como ponte para uma identidade cidadã.

Mais tarde, foram instituídas as leis punitivas do “olho por olho e dente por dente”, as leis mosaicas. Com essas leis, começa então a surgir um embrião do primeiro modelo de instituição coercitiva e legítima de composição de um Estado politicamente organizado (o Judiciário).

Daí por diante, o povo de Israel passa a se familiarizar com um órgão definidor de direitos e deveres, uma Carta Magna que definiria os lícitos e ilícitos. A Constituição, ou um estatuto, deve acompanhar as mudanças pelas

quais a sociedade passa, e, na medida em que vão ocorrendo as atualizações dos conceitos sociais e tecnológicos, ela deve sofrer reformas que a atualizem. Ou até mesmo correções, pois pode haver a desatualização de conceitos por questões temporais. O estatuto regimental sempre será o ponto harmônico de toda a sociedade. Vale salientar que, em processos desse gênero, o fator mais moroso de sua aplicação é o tempo de absorção por parte da sociedade, tanto dos que devem fazer valê-la, no caso o Poder Público, como dos que devem cobrá-la, o cidadão.

O papel da política e do Estado é, como sabemos, mediar os interesses da coletividade.

A cultura de qualquer grupo social, que é formada por aspectos das tradições familiares, do bairro, da cidade, ou da nação de um modo geral, sem que a julguemos certa ou errada, atual ou retrógrada, sempre tenderá a resistir ao novo em um primeiro momento, como já dissemos. O que se tem observado é que, historicamente, uma cultura não se transforma da noite para o dia. Josué e Calebe testemunharam essa revolução durante os 40 anos em que, junto com os filhos de Israel, estiveram no deserto. É bom ficar atento, pois mesmo em Canaã as mudanças continuaram a acontecer!

Os hebreus foram obrigados a repensar seus conceitos gerais para que continuassem existindo, resistindo, conquistando e se estabelecendo como nação.

É claro que Deus estava determinado a levar seu projeto de nação adiante, e ainda está, porque Ele nunca desiste de Seus objetivos, uma vez que não foram ainda atingidos nas dimensões desejadas por Ele.

A coisa é muito maior do que se possa imaginar, e exige o empenho de cada cristão em obter maior conscientização política e maior envolvimento nos assuntos relacionados à estrutura do Estado e às suas essenciais finalidades. Tudo isso tem que passar pela construção de uma verdadeira identidade cidadã e espírito de coletividade. É algo que não pára nunca de evoluir.

À medida que tudo vai sendo assimilado e efetivamente posto em prática, novos espaços vão sendo conquistados e garantidos pelo estatuto regimental e normatizador que os hebreus haviam recebido.

A tão sonhada justiça social não se dá apenas com o estabelecimento de um justo governante, mas por boas leis. Elas estabelecem os horizontes de cada um e determinam também que ninguém, nem o próprio legislador, fique impune caso cometa qualquer delito previsto naquelas leis. Estamos tratando de algo ocorrido há mais de quatro mil anos e que bem mais tarde é identificado no contrato social proposto pelos filósofos Rousseau, Hobbes e Locke.

Aí está um assunto que precisa ser rediscutido pelos cientistas políticos nas academias: Deve-se conceder a Moisés a patente desse modelo social, ou Moisés deve ser ignorado? Se for desta forma, o livro *O príncipe*, de Maquiavel, deveria também ser ignorado por mencionar Moisés como referência de poder e estratégia política.

Não queremos questionar os méritos de Rousseau, Hobbes ou Locke, mas que houve um modelo parecido, semelhante às suas propostas, anterior ao deles, isso é inegável.

No estado de natureza, o homem não era contido nem assegurado por nada, não havia lei, a não ser a do mais forte. Dessa forma viviam os hebreus em Gózem, ninguém era de ninguém. Não havia instituições reguladoras que garantissem a segurança ou estabelecessem deveres e responsabilidades.

Uma sociedade sem um estatuto é como um ser invertebrado, ou como uma edificação sem pilares, portanto, uma sociedade frágil e instável.

O contrato social (ou contratualismo) é um acordo entre membros da sociedade que parte do pressuposto de que os indivíduos o irão respeitar. Essa idéia está ligada à teoria da obediência.

Moisés conhecia legislação e tinha noção da composição estrutural de um Estado e dos seus fins. E entendia a necessidade de um mínimo de cultura por parte do povo para que se pudesse estabelecer e administrar a terra prometida.

O Estado não pode ser pensado do ponto de vista pessoal, mas sim coletivamente. As leis mosaicas traziam exatamente esse aprendizado, como define bem um antigo ditado: “Os direitos de alguém terminam onde começam os do outro.”

Observa-se claramente que os hebreus não traziam consigo uma cultura de estadismo e espírito público. O que Deus considerou foi que, se eles entrassem na terra prometida com aquela mentalidade, iriam certamente transformá-la em Gózem, ou seja, eles teriam saído de dentro de Gózem, mas Gózem teria permanecido dentro deles.

Resultado: somente os filhos de uma nova cultura entraram na terra da promessa. E essa cultura dizia respeito a uma organização social e política, na qual o desenvolvimento e estabelecimento do Estado significavam o bem-estar e a qualidade de vida da sua população. Essa cultura fez com que eles entendessem que o Estado, para ter consistência, precisa ser organizado e ter uma estrutura vertebral, que é o estatuto, contrato social, ou uma constituição, algo que estabeleça os deveres e direitos tanto do Estado como de seus cidadãos. Através desse instituto, ficam coibidos os abusos, seja do Poder Público para com os cidadãos, dos cidadãos para com o Poder Público, ou ainda de cidadãos contra cidadãos. A cultura contribui também para que se compreenda a diferença entre lugar comum e lugar privado, bens privados e bens públicos. Essas e outras condições são imprescindíveis para o estabelecimento e o progresso de uma nação.

CAPÍTULO 8

Política e ética

A definição para o termo ética é algo empírica. Os exemplos observados nos mais variados cenários permitem, aos que assistem, avaliar e tirar conclusões de atos e atores, pois diz respeito ao juízo da conduta humana, o que torna sua interpretação bastante circunstancial. Mas, de modo generalizado, a ética pode ser observada através de virtudes como a moral, o respeito à coletividade e seus anseios comuns.

A honra, por exemplo, está no foco de observação da ética. Quando a honra é analisada de forma filosófica no ambiente político, ela propõe diferentes pareceres. Por exemplo: Na ótica do filósofo inglês Thomas Hobbes, a honra parece ser apenas representativa, ou seja, não tem espontaneidade. Seria alguma coisa como “querer parecer” o que realmente não se é para persuadir, tirar proveito, enganar, e por aí vai.

De forma inconsciente, o que se pode observar é que essa sugestão

hobbesiana parece ter se tornado em senso comum. Percebe-se que grande parte das pessoas, que possivelmente nunca ouviram falar de Thomas Hobbes, parece achar exatamente a mesma coisa quando se trata de políticos e da política, o que até certo ponto é aceitável para a formação de eleitores e cidadãos mais criteriosos em suas escolhas. Mas também há o lado que não é tão bom. Explico: As pessoas, se não assimilarem bem esse conceito, podem passar a odiar a política, portanto deixam de discuti-la, o que não é produtivo para o amadurecimento e consolidação da democracia, e, conseqüentemente, à busca pelo bem comum. O senso crítico deve existir, é claro, assim como a percepção, mas nada que possa levar a excluir a sociedade civil das questões que a envolvem. Imaginem o quão nociva seria a abstinência dos cristãos com relação à política; isso teria um efeito direto sobre a não-conclusão do projeto de nação do qual estamos tratando.

As soluções para determinados problemas sociais podem nascer dos diálogos, dos debates, das participações.

Obviamente, a honra não é um monopólio dos evangélicos, mas, por outro lado, ela é inerente aos cristãos que verdadeiramente temem a Deus. No caso destes, a honra pode ser interpretada em sua forma literal de definição: idoneidade, probidade, respeito e consideração para com toda a coletividade

Quanto mais pessoas estiverem envolvidas discutindo e participando dos assuntos relacionados à cidade e ao Estado, melhor para todos. Até porque esse grande projeto de nação elaborado por Deus depende de maior envolvimento nessas questões; do contrário, o plano de poder e de nação elaborado por Deus continuará sendo postergado.

No que depender de Deus, enquanto não houver, por parte de Seu povo, as condições adequadas, em vários aspectos, para estabelecer esse projeto, Ele não o concluirá. Não que este seja Seu real desejo, muito pelo contrário, mas Deus entende que sem a conscientização, qualificação e o envolvimento de Seu povo isso não será possível. Por isso, Ele continuará aguardando o tempo que for necessário.

Em capítulo anterior, foi possível observar o quanto custou ao povo de Israel essa falta de interesse e participação nas questões políticas.

Vivemos em um tempo de conceitos e realidades diferentes dos que eram vigentes naqueles dias. Existem instituições nacionais e internacionais que visam intervir nos possíveis abusos; às vezes, as ações de determinadas instituições podem se dar de acordo com a influência política a que estejam expostas.

O ideal é que o povo esteja representado à mesa de discussões do poder e ter maioria, ou melhor ainda, sendo maioria e presidindo-a.

Os hebreus experimentaram seus melhores dias na terra do Egito quando José era o primeiro-ministro daquele lugar.

A ascensão de José ao poder foi devida ao mérito de suas idéias. Ele foi, também, um bom exemplo da definição literal de honradez, e este é um princípio de todos aqueles que temem a Deus, como já dissemos.

Outra grande referência de político e sinônimo de honra e fé foi Daniel. Em seu tempo, e no seu caso em especial, observamos um quadro demonstrativo de inversão de valores e de degradação moral por parte de seus adversários políticos.

“Pareceu bem a Dario constituir sobre o reino a cento e vinte sátrapas, que estivessem por todo o reino; e sobre eles, três presidentes, dos quais Daniel era um, aos quais estes sátrapas dessem conta, para que o rei não sofresse dano. Então o mesmo Daniel se distinguiu destes presidentes e sátrapas, porque nele havia um espírito excelente; e o rei pensava em estabelecê-lo sobre todo o reino. Então, os presidentes e os sátrapas procuravam ocasião para acusar a Daniel a respeito do reino; mas não puderam achá-la, nem culpa alguma; porque ele era fiel, e não se achava nele nenhum erro nem culpa.

Disseram, pois, estes homens: Nunca acharemos ocasião alguma para acusar a este Daniel, se não a procurarmos contra ele na lei do seu Deus.

Então, estes presidentes e sátrapas foram juntos ao rei e lhe disseram: Ó rei Dario, vive eternamente!

Todos os presidentes do reino, os prefeitos e sátrapas, conselheiros e governadores concordam em que o rei estabeleça um decreto e faça firme o

interdito que todo homem que, por espaço de trinta dias, fizer petição a qualquer deus ou a qualquer homem e não a ti, ó rei, seja lançado na cova dos leões.

Agora, pois, ó rei, sanciona o interdito e assina a escritura, para que não seja mudada, segundo a lei dos medos e dos persas, que não se pode revogar. Por esta causa, o rei Dario assinou a escritura e o interdito." (Daniel 6:1-9)

A honra do então presidente Daniel era uma constante ameaça aos demais presidentes, sátrapas, governadores, prefeitos e conselheiros do rei. A narração dessa história indica que a honra no caso daqueles agentes do reino de Dario, com exceção de Daniel, era de fato algo representativo, era um "faz de conta que sou leal à vossa majestade". A postura de Daniel, por si só, denunciava um forte esquema de falsidade e corrupção naquele reino. E como isso seria descoberto mais cedo ou mais tarde?

A partir do momento em que o rei Dario percebe que vinha sofrendo perdas em suas arrecadações.

Para tentar contê-la, ele estabelece sobre seu reino três presidentes, dos quais um era Daniel, e mais cento e vinte sátrapas, que, em um primeiro julgamento do rei, eram pessoas dignas de sua inteira confiança.

Começam a ocorrer resultados diferenciados na parte de seu reino que era gerida por Daniel. Ele passa, então, a se distinguir dos demais presidentes.

A narrativa do texto bíblico indica que, ao prestar contas ao rei, as arrecadações de Daniel eram superiores às dos demais gestores que exerciam a mesma função que a dele. Fato, no mínimo, estranho.

O rei, em um primeiro momento, parece não avaliar a situação e nem perceber que se trata de um crime cometido contra os cofres de seu reino. Ele atribui os diferentes resultados aos méritos e ao potencial de Daniel, e não à infidelidade de seus demais gestores.

Por razões evidentes, Dario resolve estabelecer Daniel sobre todo o reino. Isso significava que ele seria elevado ao topo do poder como primeiro-ministro.

Significava, também, afirmar que a luta por maior ascensão ao poder havia começado e muita coisa estava em jogo: o poder, o status etc.

Os demais políticos sabiam que Daniel, a partir do momento em que fosse empossado, não toleraria, por ser uma pessoa honrada e temente a Deus, atos ilícitos nem qualquer tipo de politicagem em seus domínios. Para eles, o cerco estava se fechando naturalmente.

Logo que os adversários políticos e ideológicos de Daniel tomaram conhecimento de sua iminente ascensão política e das pretensões do rei Dario de torná-lo o segundo homem mais poderoso daquele reino, os presidentes, os sátrapas, os governadores, prefeitos e conselheiros se articularam e se mobilizaram para enfraquecer, derrubar e destruir Daniel.

Primeiro, tentaram encontrar em sua gestão possíveis delitos ou desvios morais para terem como incriminá-lo, mas não encontraram nada. Eles não se deram por satisfeitos e continuaram em seus intentos, buscando as prováveis vulnerabilidades de Daniel.

Então pensaram: se não o pegamos em infidelidade ao rei, em corrupção ou improbidade administrativa, vamos investir contra ele a fim de que suas convicções de fé sejam consideradas um erro, e até mais do que isso, um crime. Pois todos os seus inimigos sabiam da fidelidade de Daniel à sua crença.

Então, todos os seus opositores políticos reuniram-se e foram ter com o rei.

A estratégia deles era a seguinte: primeiro, investir pesado no ego do rei Dario, e, depois, mentir ao falar de uma falsa unanimidade para que fosse baixado um decreto quando eles afirmassem uma posição de todos os presidentes. Para aqueles políticos, mentir parecia habitual.

Daniel, por razões estratégicas, não havia sido consultado, é claro, portanto, eles falavam em nome de um consenso político que jamais existira.

A postura do político Daniel é um bom referencial do que significa verdadeiramente fazer a diferença. Neste caso, esse fator foi definido além dos resultados da competência profissional que ele apresentava; foi definido

pela honra, pela fidelidade, pela responsabilidade social e pelo espírito público.

O que fazia com que o reino de Dario ganhasse? A probidade de Daniel.

O que era ameaçador aos maus políticos daquele reino? A fidelidade de Daniel.

“Quando se multiplicam os justos, o povo se alegra, quando, porém, domina o perverso, o povo suspira” (Provérbios 29:2), ou seja, quando o perverso governa, o povo sofre, mas quando o justo governa, o povo se alegra.

Daniel encarnava o conceito clássico da Honra. No seu caso, não se tratava de uma representação ou artificialização do que seria adequado parecer sem ser.

A maior lição que se pode tirar de todo esse episódio é esta: o grau de fidelidade de Daniel para com o seu Deus era a fonte de onde derivava a fidelidade para com o rei Dario, assim como para com todo o reino. Aliás, foi exatamente esse o foco de investida dos adversários políticos de Daniel.

A sordidez daqueles homens não tinha limites. Quando o poder estava em questão, eles deixavam de lado todos e quaisquer escrúpulos.

Mesmo que Daniel representasse, naquele momento, o melhor para aquela nação, tanto para o rei quanto para o povo, para eles era mais conveniente tentar derrubá-lo.

Forjar uma lei que não traria qualquer tipo de benefício ao reino de Dario, e muito menos à sua população, não fazia nenhum sentido. O objetivo era único: tentar desqualificar Daniel e procurar transformá-lo em transgressor de um decreto real, classificando-o como um criminoso, um conspirador, um rebelde para poderem levá-lo à condenação de morte, que se daria em ato público. Os “coronéis” daquela época pretendiam, também, deixar um recado aos seus possíveis futuros adversários políticos: “Viram do que somos capazes? Não ousem nos enfrentar politicamente.”

Perceba que, no jogo da disputa pelo poder, as cenas parecem se repetir.

Relembrem a já mencionada história de José e também a de Abel, que, na concepção de seus próprios irmãos, eram concorrentes muito fortes, difíceis de serem batidos ideológica e politicamente devido às suas virtudes.

Apesar de estarmos nos referindo a métodos de disputa política de tempos remotos, isso não significa que já tenham sido extintos. Lamentavelmente, posturas semelhantes ainda vêm sendo observadas na política contemporânea.

Mas voltemos à história de Daniel e à lição que seu testemunho deixou para todos e principalmente para Dario. É possível chegar à seguinte leitura e conclusão: se ele se mostra capaz de enfrentar a morte por fidelidade à sua crença em algo abstrato – sim, afinal, ele cria e era fiel a Alguém invisível –, deduz-se, então, tratar-se de uma pessoa altamente confiável e interessante para a administração daquele Estado.

Na verdade, Daniel não precisava provar mais nada ao rei, pois com seu trabalho como gestor público ele já tinha esse reconhecimento. Ele não é destacado, a passagem bíblica não o menciona como precursor de um modelo de gestão inovador, as Escrituras não nos fazem observar isso. A probabilidade de destaque se devia à sua idoneidade, era algo que vinha da honra mesmo, e que fazia com que os bens arrecadados naquele reino chegassem aonde deveriam chegar, era algo inerente à sua profissão de fé.

Repetimos que a presença da honra no caráter humano independe de seu credo religioso, mas o senso comum tem demonstrado ser ela mais intensa nos cristãos, como se fosse inerente a eles.

Daremos, a seguir, um exemplo de situação do cotidiano de muitas pessoas que pode reforçar bem esse apontamento: Quem já não ouviu ou presenciou o uso da seguinte frase? “Você não pode fazer, ou ver ou dizer isso porque é crente e sua religião não permite…”. Vejam que esse conceito já se tornou senso comum, independentemente de ser ou não uma brincadeira ou puro desejo de causar constrangimento às pessoas evangélicas. Ironicamente ou não, há um reconhecimento de que o postural do cristão é diferenciado positivamente.

Moisés, José, Daniel, Davi e Martin Luther King, em seus desempenhos, posturas e frases imortalizadas, representam bem os anseios coletivos de

justiça social e de honra. Luther King liderou na América a luta de forma pacífica contra a segregação racial e o preconceito sociopolítico norte-americano.

Os 40 milhões ou mais de evangélicos no Brasil, ainda não em sua totalidade, trazem consigo essa identidade de compromisso com o coletivo e a consolidação da democracia.

Tudo é uma questão de engajamento, consenso e mobilização dos evangélicos. Nunca, em nenhum tempo da história do evangelho no Brasil, foi tão oportuno como agora chamá-los de forma incisiva a participar da política nacional. E, mais ainda, consolidar o grande projeto de nação pretendido por Deus. Imagina-se que todos os que dizem proferir essa fé se engajaram nesse ideal divino.

“Foram, certa vez, as árvores ungir para si um rei e disseram à oliveira: Reina sobre nós. Porém a oliveira lhes respondeu: Deixaria eu o meu óleo, que Deus e os homens em mim prezam, e iria pairar sobre as árvores?

Então disseram as árvores à figueira: Vem tu e reina sobre nós. Porém a figueira lhes respondeu: Deixaria eu a minha doçura, o meu bom fruto e iria pairar sobre as árvores?

Então, disseram as árvores à videira: Vem tu e reina sobre nós.

Porém a videira lhes respondeu: Deixaria eu o meu vinho, que agrada a Deus e aos homens, e iria pairar sobre as árvores? Então, todas as árvores disseram ao espinheiro: Vem tu e reina sobre nós.

Respondeu o espinheiro às árvores: Se, deveras, me ungis rei sobre vós, vinde e refugiai-vos debaixo da minha sombra; mas, se não, saia do espinheiro fogo que consuma os cedros do Líbano.” (Juízes 9:8-15)

Essa passagem bíblica chama a atenção para as conseqüências do não-envolvimento, da falta de disposição e engajamento dos cristãos no processo político. Diz também respeito ao que o texto considera como equívoco, exemplificado por pensamentos do tipo: “Estou bem aqui na minha igreja, cuidando da minha comunhão, apresentando meus louvores e cânticos, e

prefiro que fique assim do que me envolver com política.” Melhor para os espinheiros, pior para aqueles que ele vai governar.

No projeto de nação de Deus, os espinheiros não constam em sua lista de governadores de Sua causa e para os Seus.

Como a proposta deste livro é tratar especificamente dos assuntos bíblicos concernentes à política e a um divino plano de poder e de nação, concluiremos a história de Daniel sem nos aprofundar em como se deu seu milagroso livramento.

“Daniel, pois, prosperou no reinado de Dario e no reinado de Ciro, o persa.” (Daniel 6.28)

CAPÍTULO 9

A nação dos nossos sonhos

Em sua concepção original, a política surge com o nobre ideal de mediar os interesses da coletividade. Ela tem, ou deveria ter, a missão de expressar, harmonizar e concretizar as necessidades de toda a sociedade sem pender para uma ou outra classe.

Entendemos que, assim como as coisas tendem a evoluir, além das novas questões que surgem à medida que o cenário social vai sendo construído, a política precisa ser, sim, ampliada, mas não reinventada. O que se exige também dos que se propõem a gerir a coisa pública é, além de terem a intenção de promover a justiça social, que tenham, imperiosamente, um olhar vanguardista.

No Brasil, se vier a ser aplicada da forma como foi idealizada — vale ressaltar que nos referimos ao Estado politicamente organizado —, os brasileiros, se não ficassem mais satisfeitos, ao menos sentiriam o valor de

seus votos e também se sentiriam respeitados em seus direitos de cidadania. O Faraó, ao apostar em José como seu primeiro-ministro, e Dario, ao empossar Daniel como presidente, tornaram-se eleitores bem-aventurados em suas escolhas.

A constituição estrutural do modelo de Estado politicamente organizado tem como seu principal fim a qualidade de vida de seus cidadãos. Aristóteles dizia que “o fim da política não é viver, mas viver bem”.

Entre tantos e tantos desafios, a inclusão social urge. Esse processo tem esbarrado, historicamente, em uma série de entraves que precisam ser removidos o quanto antes. Esses entraves são vários, e os mais perceptíveis são o preconceito entre classes sociais, a falta de políticas mais eficazes, as oposições quando feitas de maneira irresponsável e pessoal, conotando o ciúme e a inveja por parte de adversários políticos ou de desafetos declarados e inescrupulosos.

A exclusão social é uma sentença condenatória pela qual parte dos cidadãos — e no Brasil essa proporção é enorme — passa a sobreviver à margem da sociedade, a partir do momento em que não se oferecem oportunidades de inserção social.

Toda nação séria, que deseja alcançar o *status* de Primeiro Mundo, deve entender que estará sempre excluída dessa classificação se houver, entre seus filhos, um grande número de excluídos sociais.

Quando a ânsia do poder pelo poder cega os que o disputam, os interesses pessoais de poucos passam a imperar e impedir que as necessidades de muitos sejam supridas.

A arte maquiavélica de conquistar, dominar e manter o poder precisa ser repensada e compreendida a partir do seguinte ponto: a quem, de fato, pertence o poder? Se partirmos da premissa de que o poder do político mandatário é uma concessão permitida pelos eleitores, então, na verdade, o poder é do povo, que fica a cada momento mais atento, consciente e perspicaz se seu poder estiver sendo usado para os seus devidos fins, ou seja, para o bem da coletividade. Como se apenas essa razão não fosse suficiente, os cidadãos são contribuintes e pagam impostos; sendo assim, seria

importante que os gestores e servidores públicos os olhassem como consumidores de seus serviços, e, conseqüentemente, os considerasse um pouco mais na prestação de seus serviços.

Há uma máxima filosófica que define — de forma metafórica, porém bastante razoável — as questões essenciais dos conflitos gerais. Ela aponta, e sugere, as dificuldades mais variadas e impeditivas a que os diversos interesses se afinam para chegar a um denominador comum.

A máxima da qual estamos falando traz personagens de ações apenas instintivas e não racionais, o que nos causa grandes expectativas de que, através do bom senso e da racionalidade humana, encontraremos um denominador comum. A máxima é a seguinte: “O que é bom para a leoa não é bom para a gazela, e o que é bom para a gazela não é bom para a leoa.” Certamente, leoas e gazelas nunca se entenderam, e nem poderiam, jamais, chegar a isso. Cada qual seguirá sempre buscando seus distintos interesses naturais, que dizem respeito à sobrevivência de cada uma. Para a leoa, que “se dane” a gazela. Para a gazela, provavelmente a recíproca é verdadeira. O que desejamos, aqui, é fazer uma reflexão sobre o que parece acontecer na política nacional desde os tempos mais remotos, especificamente na forma como ela parece ser praticada, ou seja, os interesses partidários, e não apenas os ideológicos, prevalecendo sobre os públicos, os da coletividade.

O jogo do poder tem sido como um entretenimento que distrai boa parte de uma classe que deveria defender os interesses de seus eleitores. O que é bom para a situação não é bom para a oposição, e a população civil, maior prejudicada, parece relegada ao segundo *round* dessas discussões na maior parte do tempo em que as duas se digladiam.

O progresso de uma nação não é fruto do acaso, mas de resultados produzidos pelos emancipados. Se o Estado garantir aos seus cidadãos condições para se desenvolverem, eles retribuirão de forma qualificada, acelerando o crescimento nacional. Conforme verificamos no primeiro capítulo deste livro, as coisas são criadas por Deus para que o homem possa desfrutar de melhores condições de vida. Depois ele, o homem, vai continuar sendo o ponto de partida quando a sociedade politicamente organizada passa a ser discutida por alguns pensadores do passado. Um lugar onde o ser humano pudesse ter paz e sentir-se seguro, como promover isso? Por mais

incrédula que a humanidade possa estar nos dias de hoje em relação aos de sua própria espécie, houve dias em que alguns pensavam em promover o bem comum. O contratualismo foi uma dessas propostas apresentadas por Hobbes, Locke e Rousseau, figuras já mencionadas.

Mais importante do que qualquer nobre referência filosófica que se possa dar é o próprio entendimento e a proposta de Deus de que uma nação governada por Seus dirigidos pode proporcionar o suprimento dos anseios de todos os homens e mulheres de boa vontade.

Para que tudo isso se realize o mais brevemente possível, é importante que haja o envolvimento e a participação dos cristãos no processo político do país.

O projeto de nação pretendido e elaborado por Deus depende desse engajamento e também que seja elaborado, a partir dessas conversações, um plano nacional de governo. Durante os 40 anos em que andaram pelo deserto, os hebreus receberam regras e leis que reformularam seus conceitos, e neles foram também incutidas propostas para gerir a terra prometida e levá-la ao crescimento. Todos os hebreus tiveram que assimilar a consciência social, o espírito de corpo, para que então pudessem promover o bem comum e receber permissão para tomar posse da terra prometida. Como fica provado através do texto bíblico, a promessa existe e o desejo divino para que isso se cumpra é constante, tanto que pudemos observar sua persistência nessa meta, primeiro com Adão e Eva, depois com Noé, com José, com Moisés, Daniel e com tantos outros. E agora com aproximadamente 40 milhões de evangélicos. Essa proposta não deve ser vista como um modelo de poder teocrático ou semiteocrático como o Brasil historicamente parece ser. O Estado é laico e deve continuar a ser, do contrário as liberdades ficam ameaçadas e os preconceitos tendem a se estabelecer. Os evangélicos sabem muito bem o que isso significa, ou seja, o que é sofrer preconceitos.

Um dos segredos do sucesso de um projeto, seja ele público ou privado, é o compromisso e a dedicação a ele. No Brasil, o que se tem observado — e aqui não nos referimos a uma comprovação científica, mas empírica mesmo — é que o público e o privado têm sido confundidos por algumas pessoas da classe política, ainda que não de uma forma predominante, e nem estamos generalizando isso. Não é muito raro tomar conhecimento de que existem

aqueles que acham, por exemplo, que o dinheiro público não tem dono. Esse conceito equivocado é o motor e também o combustível da indústria da corrupção. A pessoalidade, o privado e o público são foros distintos, e quem tiver dificuldade para administrá-los separadamente terá e causará problemas ou deficiências em qualquer processo que estiver conduzindo, isto é, *"uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa"*.

Os grandes personagens políticos mencionados nas passagens bíblicas como pessoas que tinham um comprometimento com as orientações que criam ser as de Deus, e que tiveram grandes êxitos em suas gestões como pessoas públicas, souberam separar bem o público do privado e do pessoal, além, é claro, de seus respectivos talentos. O exemplo de Jesus quando interrogado pelos fariseus sobre questões que diziam respeito aos direitos do Poder Público e do privado realçou o quanto Ele sabia e deu uma lição a todos de que público é público, e privado é privado.

"Então, retirando-se os fariseus, consultaram entre si como o surpreenderiam em alguma palavra. Enviaram-lhe discípulos, juntamente com herodianos, para dizer-lhe: Mestre, sabemos que és verdadeiro e que ensinas o caminho de Deus, de acordo com a verdade, sem te importares com quem quer que seja, porque não olhas a aparência dos homens.

Dize-nos, pois: que te parece? É lícito pagar tributo a César ou não?

Jesus, porém, conhecendo-lhes a malícia, respondeu: Por que me experimentais, hipócritas? Mostrai-me a moeda do tributo. Trouxeram-lhe um denário.

E ele lhes perguntou: De quem é esta efígie e inscrição? Responderam-lhe: De César. Então, lhes disse: Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Ouvindo isto, se admiraram e, deixando-o, foram-se." (Mateus 22:15-22)

Além do bom senso de Jesus ao mostrar que sabia separar bem religião de Estado, Ele nos deixa outras duas importantíssimas lições da comunicação estratégica. Primeiro, devemos entender que toda argumentação, por mais simples que seja, não se dá sem pelo menos um propósito. O diálogo entre os fariseus e Jesus ocorre sempre com base em estratégias políticas de

comunicação por parte dos fariseus. Eles questionam, tentam induzir Jesus ao erro em Sua resposta para que ela fosse infeliz, equivocada, impensada, a fim de incriminá-Lo. Em política, assim como em outros cenários, saber analisar para melhor interpretar e responder da forma devida e, se possível, incontestável é o ideal; no caso de que estamos tratando, era vital. Jesus analisou aquela pergunta e logo percebeu haver malícia nela e, inteligentemente, formulou a resposta mais adequada possível para aquele momento. Ele sabia que não poderia ser infeliz, ou desqualificado, em sua resposta. Até porque Ele representava uma causa toda especial e era a figura do grande líder de todos os tempos. Na verdade, a grande armadilha, isto é, a isca, se dá através das afirmações anteriores à pergunta dos fariseus, que mostravam que a arapuca estava armada e que a resposta, se induzida, seria como morder o anzol. Relembrem e comprovem a estratégia dos fariseus contra Jesus:

“Mestre, sabemos que és verdadeiro e que ensinas o caminho de Deus, de acordo com a verdade, sem te importares com que quer que seja, porque não olhas a aparência dos homens.”

Em outras palavras, “o que você falar está falado, que bom que nem se importa com os efeitos, ou com o que as pessoas vão pensar”. Eles tentaram fazer com que Jesus lhes respondesse de uma maneira que pudesse condená-Lo com base em uma resposta inadequada, isto é, tentaram conduzir Jesus a dar uma resposta que tivesse uma conotação incriminatória ou, no mínimo, muito polêmica.

Toda nação precisa de um plano nacional de políticas para seu desenvolvimento. A boa vontade política já seria o primeiro grande passo rumo aos objetivos comuns e dos verdadeiros fins de concepção, do porquê da instituição do Estado. A oposição é, e sempre será, importante para a democracia e para a construção do Estado “ideal”. Ela deve ser impessoal e responsável; assim como a situação, deve estar aberta e não ser vaidosa a ponto de ignorar as boas propostas que possam surgir de um modelo saudável de contrapontos entre si.

O projeto de nação pretendido por Deus depende do que estamos enfatizando em nossa argumentação: que os cristãos precisam despertar para a realidade do projeto, envolver-se, engajar-se e mobilizar-se para a realização desse

sonho divinal.

Quando citamos os exemplos de José e de Daniel, fica evidente que as sociedades que apostaram nesses homens especiais eram estrangeiras, portanto de culturas diferentes, incluindo suas convicções religiosas, mas elas foram muito felizes elegendo-os.

A partir desses exemplos, os quase 40 milhões de cristãos que, agora cientes de que fazem parte de um grande projeto político, devem estar também conscientes do seu livre-arbítrio. Ou seja, devem estar conscientes de que há uma missão e de que precisam agregar-se a ela, o que com certeza não lhes será imposto por Deus. Se Deus impusesse essa missão aos cristãos, juntamente com Seu grande desejo de concluir Seu plano, esse projeto de nação já estaria concluído.

As transformações capazes de verdadeiramente revolucionar e emancipar o ser humano social e politicamente, promovendo sua ascensão, e de torná-lo mais condicionado a conquistar, estabelecer e ampliar suas conquistas devem acontecer em campos fundamentais da vida, como:

A fé, definida pelo apóstolo Paulo como base para os ideais:

"Ora, a fé é a certeza de coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não vêem. Pois, pela fé, os antigos obtiveram bom testemunho.

Pela fé, entendemos que foi o universo formado pela palavra de Deus, de maneira que o visível veio a existir das coisas que não aparecem." (Hebreus 11:1-3)

A ação, pois sem ela a própria fé fica inoperante:

"Mas alguém dirá: Tu tens fé, e eu tenho obras; mostra-me essa tua fé sem as obras, e eu, com as obras, te mostrarei a minha fé" (Tiago 2:18).

Há uma lei da física que indica só haver reação mediante uma ação. Ainda sobre ação, como já mencionado, Thomas Hobbes diz que "Homem nenhum duvida da veracidade da afirmação que segue: quando algo está imóvel, permanecerá imóvel para sempre, a menos que alguma coisa a agite"

(*Leviatã*).

Cultura: Promove preconceitos e resultados diferenciados dos rotineiros e cotidianos, ou seja, a cultura é a promotora do novo. Portanto, procedimentos iguais e não inovadores gerarão sempre resultados iguais. A revisão cultural é capaz de produzir novas formas de ações, e, conseqüentemente, resultados inéditos. Isso diz respeito a conquistas e realizações, mas dependem da intenção e desejo dos agentes em aderi-la. Todo procedimento é hábito cultural, diz respeito a ações não-inovadoras, e, portanto, iguais, que, conseqüentemente, geram resultados iguais.

Devemos nos lembrar que o ingresso dos hebreus na terra prometida só se dá com a assimilação de uma nova cultura, se compararmos a forma como pensava a geração que saiu do Egito.

Ética: Diz respeito aos valores morais, à dignidade, probidade, idoneidade, e a tantos outros valorosos preceitos indispensáveis ao bom funcionamento dos relacionamentos sociais e da coisa pública.

Todo e qualquer objetivo depende da vontade. É claro que não estamos nos referindo a uma vontade natural, mas à perseverança focada no que se pretende realizar, tanto em níveis pessoais quanto coletivos. Os objetivos de interesses coletivos, tanto quanto a perseverança, exigem a conscientização do grupo sobre a causa para a qual está sendo convocado a se engajar. E, por fim, acreditar piamente na causa, mas principalmente em seu idealizador, no caso do projeto de nação aqui tratado, Deus.

Cada cristão, como cidadão e como eleitor, pode colaborar em muitos aspectos para a construção dessa nação dos sonhos de Deus. É um equívoco alguém imaginar-se único, ou ainda um dos poucos a estender essa bandeira.

COMENTÁRIOS FINAIS

Os objetivos deste livro foram, em primeiro lugar, contribuir para a conclusão de uma causa bíblica que expressa um desejo divino, que é o projeto de nação. Em segundo lugar, colaborar para o amadurecimento político e democrático através do envolvimento de todo o povo cristão, que é o elemento decisivo de todo esse processo. Ressaltamos, ainda, que este trabalho nunca se propôs a ser científico.

Buscamos destacar e chamar a atenção para o que, na visão desses autores, seria de maior relevância para pôr em prática esse projeto. Nossa intenção foi resumir ao máximo possível, porém com clareza, o especial tema aqui tratado.

Em nosso entendimento, concluímos que não se pode afirmar de maneira categórica que existe uma fórmula exata ou infalível que determina como acontece o fenômeno do poder quando se trata de política. Se assim fosse,

bastaria aplicá-la e pronto, não existiriam mais servos, súditos ou subordinados, o que naturalmente resultaria em um colapso social e econômico generalizado. Por essa premissa, quer dizer que o campo em que ocorrem tais disputas está aberto. Não estamos nos referindo a poderes delegados de um plano superior, relativo ao celeste, mas sim, neste caso especificamente, a referência é o campo terreno.

Foi possível observar que, quando se trata do poder, são determinados procedimentos estratégicos que foram essenciais e determinantes ao longo de sua trajetória histórica, em especial no campo político.

Os procedimentos estratégicos não podem ser, de forma alguma, ignorados. Lembre-se de que o próprio Deus não os ignorou.

A mobilização, o consenso em torno de uma causa, é fundamental. É a parte precisa, inegável, quase que definidora nos pleitos políticos, daí o porquê de tanta redundância referente a isso.

O resultado final de uma eleição é reflexo do exercício do poder genuíno que pertence ao povo, que o delega a quem deseja que represente seus interesses. Quando se trata dos votos dos evangélicos, estamos diante de dois interesses: o interesse dos próprios cristãos em ter representantes genuínos e o interesse de Deus de que Seu projeto de nação se conclua. Tudo, exatamente tudo, a esse respeito depende dos escolhidos a compor essa nação. Na verdade, desde o início desse intento os entraves nunca foram causados pelas ações de Deus, mas sim pelas ações das pessoas designadas a elaborar e concluir esse grande projeto.

O Brasil tem uma população de aproximadamente 40 milhões de evangélicos. Terminamos aqui chamando a atenção deles para que não deixem que essa potencialidade seja desperdiçada.

Por dias melhores.

Que Deus abençoe o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Política.* Tradução de Pedro Constantin Tolens. Coleção Obra prima de cada autor. São Paulo: Martin Claret, 2006.

HOBBES, Thomas. *Leviatã.* Coleção Obra prima de cada autor. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MACHIAVELLI, Nicolló. O *príncipe.* Tradução de Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.